

C402958
F000005486.6

EXTENSÃO RURAL, ESTADO E PEQUENA PRODUÇÃO: DISCURSO E
REALIDADE

Francisco Gomes de Andrade



UFC/BU/BEA 01/04/1998



R773220 Extensão rural, estado e pequena
C402958 produção
F030.715 A567e

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL, COMO REQUISITO PARCIAL
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Fortaleza-Ceará-Brasil

1991





T
630.715
R569x
ct.2



AGRADECIMENTOS

As primeiras palavras de agradecimento são dirigidas ao professor Dr. João Carlos de Souza, que sempre me deu o apoio necessário para a realização desta obra, especialmente no que se refere à obtenção dos dados necessários para a realização da pesquisa.

Agradeço também aos colegas do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialmente ao professor Dr. João Carlos de Souza, por sua orientação e apoio durante a realização desta obra.

Um agradecimento especial é devido ao professor Dr. João Carlos de Souza, que sempre me deu o apoio necessário para a realização desta obra, especialmente no que se refere à obtenção dos dados necessários para a realização da pesquisa.

Um agradecimento especial é devido ao professor Dr. João Carlos de Souza, que sempre me deu o apoio necessário para a realização desta obra, especialmente no que se refere à obtenção dos dados necessários para a realização da pesquisa.

Aos colegas do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialmente ao professor Dr. João Carlos de Souza, por sua orientação e apoio durante a realização desta obra.

Um agradecimento especial é devido ao professor Dr. João Carlos de Souza, que sempre me deu o apoio necessário para a realização desta obra, especialmente no que se refere à obtenção dos dados necessários para a realização da pesquisa.

A Germânia e
Marcus Vinicius

D E D I C O

Um agradecimento especial é devido ao professor Dr. João Carlos de Souza, que sempre me deu o apoio necessário para a realização desta obra, especialmente no que se refere à obtenção dos dados necessários para a realização da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Aos professores da banca examinadora, em especial ao professor Teobaldo Campos Mesquita, que sempre de forma positiva e aberta levantou críticas, sugeriu e me estimulou.

A Rosana, que com despreendimento e diligência aceitou a tarefa de participar da banca examinadora, tendo sido de grande valia suas intervenções.

Ao professor Lemos, com quem estabelecemos uma relação de amizade durante o curso, nos proporcionando uma visão crítica dos fatos. Da mesma maneira, à colega Amélia Costa, pela firmeza das posições assumidas, nos transmitindo otimismo quanto a um mundo mais racional.

Ao amigo José Fernandes do Rêgo, com quem iniciei o estudo de Economia Política. Com sua paciência e priviligia da formação intelectual ouviu minhas incertezas e abriu caminho para superá-las.

Aos colegas de extensão, que me deram pistas para questionar o Sistema Brasileiro de Extensão Rural: Edilson Leite; Zaqueu Machado; Idalci Dallamaria; Marcelino Batista; Tarcisio Bezerra Dantas; Pedro Gomes; Francisco Ferreira; Edmundo Soares de Souza; Valterles Diogenes e Cesar Vieira Pinheiro.

Ao ex-secretário da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Acre, pelo estímulo e apoio, sem o qual não teria sido possível a defesa da Dissertação.

Ao amigo de ontem e de hoje Gilson Abreu Melo pelo apoio moral, expresso na preocupação de ver concluído este trabalho.

Nossa homenagem muito especial ao pioneiro da Extensão Rural no Acre: professor e extensionista Zaqueu Machado de Almeida.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
RESUMO	ix
1 - <u>INTRODUÇÃO</u>	1
1.1 - <u>Objetivos</u>	5
1.1.1 - <u>Objetivo geral</u>	5
1.1.2 - <u>Objetivos específicos</u>	5
1.2 - <u>Metodologia</u>	6
2 - <u>AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NA AGRICULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA</u>	8
2.1 - <u>A Pequena Propriedade Agrícola em MARX</u>	8
2.2 - <u>A Visão de Kaustsky</u>	10
2.3 - <u>A Filiação do Camponês ao Capital na Interpretação de Autores Brasileiros</u>	12
2.4 - <u>A Título de Conclusão</u>	15
3 - <u>A AGRICULTURA COMO CAMPO DE EXPANSÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL</u>	19
3.1 - <u>Agricultura Tradicional: sua Articulação com o Urbano</u>	19
3.2 - <u>Da Modernização à Industrialização: Transformação e Integração da Agricultura nos Complexos Agro-Industriais</u>	23
3.3 - <u>O Sentido das Políticas de Promoção da Produção Rural</u>	28
3.3.1 - <u>O crédito rural subsidiado no curso da modernização agrícola</u>	31
3.3.2 - <u>A geração de tecnologia agrícola no contexto brasileiro</u>	37

4 - <u>A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL, DISCURSO E REALIDADE</u>	46
4.1 - <u>Uma Síntese de sua História</u>	46
4.2 - <u>O Discurso Extensionista</u>	51
4.3 - <u>Extensão Rural no Brasil: uma Autonomia Pretendida</u>	57
5 - <u>CONCLUSÕES</u>	61
<u>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</u>	64

LISTA DE TABELAS

TABELAS

Página

1	Evolução do crédito rural concedido e outros indicadores da política de crédito entre 1969 e 1982 (milhões de cruzeiros)	33
2	Participação relativa de estabelecimentos agrícolas no total de estabelecimentos, na obtenção de financiamento e no valor dos financiamentos, por estratos de área total, Brasil 1970-80 (em percentagem)	34
3	Produção e consumo aparente de NPK (mil toneladas de nutrientes) 1960-1983	36
4	A Expansão do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural	52

LISTA DE FIGURAS

FIGURA		Página
1	Estrutura do pacote tecnológico (sistema de produção por produto).	39
2	A EMBRAPA como elo de articulação entre a tecnologia e o capital industrial	41
3	Modelo de articulação	43
4	Modelo de atuação da EMBRATER	55
5	A articulação (indireta) da extensão rural com o capital internacional	59

RESUMO

Algumas questões sobre a Extensão Rural no Brasil têm sido discutidas. O questionamento de sua proposta de elevar a renda dos pequenos produtores a partir de sua tecnificação leva à construção da seguinte hipótese:

- a condição de subordinação a que está submetida a pequena produção compromete os resultados da assistência técnica e extensão rural, na medida em que também as diretrizes da Extensão Rural estão condicionadas pelas determinações políticas do Estado.

O Sistema Brasileiro de Extensão Rural - SIBRATER, ao propor alteração no processo de produção com o fim de atingir aquele objetivo, simplifica a complexidade do processo global da produção capitalista: por um lado, toma o pequeno produtor como independente nas suas relações com o mercado capitalista e assim não percebe a sua articulação de forma subordinada com a reprodução ampliada do capital. Por outro lado, o Sistema se reveste de poder e, pretendendo-se autônomo, busca resolver o dilema do campesinato. Isto o desvincula do Estado que, como tal, participa da organização dos interesses da classe dominante.

Como difusor de tecnologia, o Sistema tem se prestado a concretizar o espaço agrícola como espaço de valorização do capital.

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho surge para atender uma questão que tem sido discutida entre os extensionistas: a preocupação da Extensão Rural em querer tecnificar o pequeno produtor^{1/}. A discussão surge porque esses produtores estão sempre a reclamar sua dependência em relação ao mercado. É comum se ouvir deles: "antes se trabalhava menos e se vivia melhor"; ou ainda; "aqui não dá mais prá gente viver".

Alguns estudos têm procurado avaliar qualitativamente o desempenho da Extensão Rural. Será feita uma rápida referência a alguns deles com a intenção de melhor expor a problemática que se quer estudar.

Para QUEDA (1987), o objetivo da Extensão Rural se torna intangível na medida em que se privilegia a tecnologia como principal fator a resolver o problema da agricultura. Segundo ele, essa posição descarta a possibilidade de mudanças na estrutura agrária brasileira e, "por isso mesmo, entendemos o serviço de extensão rural brasileiro como um movimento (essencialmente ideológico) e parte integrante do processo mais geral de industrialização da agricultura brasileira" (1987; v).

FONSECA (1985), entendendo que não há educação neutra, vincula a proposta da extensão rural no Brasil aos interesses do capital internacional. É uma tentativa de conciliar trabalho e capital no sentido de que os donos dos meios de produção possam ampliar seus ganhos. Segundo ela, "desde

^{1/}Mesmo sob o risco de ser limitado, contudo, neste trabalho pequeno produtor é caracterizado como aquele que trabalha a terra com mão-de-obra familiar mesmo que algumas vezes recorra ao trabalho de assalariados; que comercializa sua produção no mercado interno; que pode ter mão-de-obra ociosa em certos períodos do ano; normalmente está inserido num contexto de organização política frágil para defesa de seus interesses.

o início, o programa se fez a partir de problemas concretos da realidade rural brasileira - baixa produtividade e deficiente nível de vida -, mas cuja solução era proposta de um ponto de vista ilusório (ideológico). Tais problemas foram tratados de forma alheia a esta realidade através de um encantamento teórico com os modelos clássicos e defusionista da Extensão Rural que aqui se implantaram, não como fruto das reivindicações dos agricultores, como se deu no país de origem, mas por um consentimento das classes detentoras do poder interessadas em tirar maiores lucros do setor agrícola" (1985, 182).

OLIVEIRA (1987) associa a Extensão Rural ao desenvolvimento capitalista no Brasil e afirma que seu atrelamento ao Estado se coloca como uma intervenção alternativa aos propósitos do capital. "Assim, no tempo em que a Extensão se institui como componente de um padrão que objetivava viabilizar a modernização, pressupondo a revolução técnica como revolução social, atua no processo de legitimização do Estado enquanto planejador e executor de reformas emergenciais destinadas a manter o controle socio-político das estruturas sociais pelo capital, tangenciando a perspectiva de transformação em sua essência conservadora" (1987; 99).

Apesar de esses estudos questionarem a Extensão Rural do ponto de vista do desenvolvimento capitalista e como dispositivo do Estado, contudo, não expõem as relações estabelecidas entre o pequeno produtor, razão principal do mercado capitalista. Assim, além de investigar a Extensão Rural como aparelho do Estado, é necessário também explicitar o papel do pequeno produtor numa economia capitalista. O estudo desse conjunto deverá revelar o real conteúdo da Extensão Rural.

O objetivo prioritário do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, conforme seus documentos, é elevar a renda do pequeno produtor através do aumento da produtividade. Quer dizer, esses produtores se apropriariam da renda gerada a partir de um processo de produção que intensifique o trabalho.

A questão que se levanta é saber se essa proposta tem sustentação numa economia capitalista e que implicações teóricas ela representa no processo de reprodução ampliada do capital.

Ora, a proposta da Extensão exprime duas questões decisivas: a primeira apreende o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) como autônomo, com vontade própria, capaz de transformar uma realidade que também se supõe autônoma. A segunda questão diz respeito à elevação da renda dos produtores, não levando em consideração a forma como esses produtores estão presentes no processo de acumulação do capital^{1/}.

O SIBRATER, como instituição estatal, tem suas ações orientadas segundo as políticas estabelecidas pelo Estado. Então, é preciso investigar as influências que orientam as políticas do Estado. Quando o governo estimula o aumento da produção para baixar os preços dos produtos agrícolas nos centros urbanos, quando institui o crédito rural subsidiado sem mecanismos de controle de sua concentração, o que permite a apropriação pelos grandes proprietários da maior parte desses recursos e quando orienta a prioridade da pesquisa para determinados produtos ou processos de produção (os pacotes tecnológicos), incompatíveis, na maioria das vezes, com a unidade produtiva dos pequenos produtores, revela-se aí o caminho a ser investigado. E mais, são exatamente estes os instrumentos de que o Sistema dispõe para elevar a renda desse segmento da população rural.

Pos sua vez, a decisão de elevar a renda desses produtores tem algumas implicações no processo de acumulação do capital.

^{1/}Segundo GRAZIANO DA SILVA (1982; 131), apoiando o raciocínio de WANDERLEY (1979), "reprodução camponesa não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca, senão ao movimento de próprio capital, que a recria de acordo com seus interesses".

Elevar a renda dessas unidades produtivas não significa somente a mudança em seu processo de trabalho, ou seja, organizar a produção numa nova base técnica, senão igualmente desenvolver mecanismos capazes de reter internamente o excedente gerado na produção, assegurando a reprodução ampliada do capital. Se a tecnificação da produção acontece, porém o segundo aspecto não se desenvolve, tem-se apenas a produção tecnificada.

Na medida em que a industrialização avança numa sociedade capitalista, ela toma a si os rumos da economia, dita as regras do jogo. Assim, a agricultura tecnificada passa a ser entendida como um ramo de produção da indústria. Ela se subordina às exigências do capital industrial.

A pequena produção apresenta todas as condições para ser organizada pelo capital. Ao pequeno produtor importa assegurar as condições de vida sua e da família, pouco importando a rentabilidade econômica de sua atividade. E a produção, ao se dar com base no trabalho familiar, poupa o capital de mobilizar recursos em terras e força de trabalho, além de livrá-los dos riscos inerentes à agricultura. Nestes parâmetros, o capital determina o que produzir, como produzir, quanto produzir e assim por diante. O produtor detém o controle da terra mas escapam-lhes das mãos as decisões econômicas^{1/}.

Nos produtos gerados na unidade produtiva estão incorporados o trabalho do produtor e de sua família. Uma parte da produção destina-se à manutenção da força de trabalho e dos meios necessários ao processo produtivo; a outra parte é transferida para o conjunto da economia, nas relações que o produtor estabelece com o mercado, pelos mecanismos do mercado capitalista. Desta forma, esse excedente gerado pelo pe

^{1/}São de amplo conhecimento os contratos integrados que em indústrias como Sadia, Bordon e Souza Cruz mantêm com pequenos produtores no sul do País. Ver GRAZIANO DA SILVA, J. (Coordenador). Tecnologia e Campesinato: O caso brasileiro. 1982(b); (mimeo).

queno produtor não se internaliza na propriedade, contrariando a vontade da Extensão de elevar a renda desse produtor. É o capital quem determina o nível técnico e as condições de vida do pequeno produtor.

Querer que o Sistema de Extensão Rural resolva essas questões é acreditar que o Estado incorpora as necessidades desses produtores.

Das considerações levantadas pode-se definir a seguinte hipótese de trabalho:

- . a condição de subordinação a que está submetida a pequena produção compromete os resultados da assistência técnica e extensão rural, na medida em que também as diretrizes da Extensão Rural estão condicionados pelas determinações políticas do Estado.

1.1 - Objetivos

1.1.1 - Objetivo geral

Mostrar que as diretrizes do SIBRATER, na dimensão que contempla os pequenos produtores, não se objetivam, face aos interesses dominantes e contrários estabelecidos no aparelho estatal e que definem, em última instância, as políticas do Estado.

1.1.2 - Objetivos específicos

- . Caracterizar a subordinação da pequena produção agrícola ao capital e mostrar que, por isto, parte do seu trabalho, materializado na produção, é transferido para outros setores da economia;

- . Evidenciar que o espaço ocupado pela pequena produção agrícola é definido sob a mediação do Estado;

. Mostrar que o SIBRATER, como dispositivo do Estado, participa da organização e materialização dos interesses da classe dominante.

1.2 - Metodologia

Pretende-se comprovar a hipótese explicitada no trabalho através da apresentação de argumentos teóricos e empíricos, baseados em pesquisa documental. Para isto, serão utilizados estudos e documentos oficiais relacionados com o objetivo de trabalho.

Os trabalhos de MARX e KAUTSKY a que se teve acesso serão básicos para abordar a questão da pequena produção no contexto capitalista. Espera-se com esses estudos mostrar o papel da pequena produção no desenvolvimento do capital. Complementa-se esta parte com trabalhos de autores brasileiros. A tentativa é revelar a subordinação dessa produção ao capital nas condições da economia brasileira.

Da história econômica do Brasil será enfocado o período que vai de 1930 a 1950. Sua importância está no fato de se terem operado nesse espaço de tempo transformações que envolvem o poder e se ter evidenciado, por outro lado, a articulação de uma agricultura tradicional com o desenvolvimento industrial.

O período que vai de 1950 até o final da década de 70, limite fim do trabalho, será analisado para evidenciar as transformações que ocorrerem na agricultura. O propósito é fazer ver uma articulação qualitativamente diferente da ocorrida no período anterior. Tanto naquele período, como neste, será estabelecido o papel do Estado nessas transformações. Também deverá ficar evidenciada a presença da pequena produção no contexto econômico do país.

Será discutida a formulação das políticas de desenvolvimento com base no conceito de Estado, segundo o pensa

mento de POULANTZAS (1985). Em seguida serão tratadas as políticas de crédito e geração de tecnologia, na tentativa de identificar os agentes envolvidos e as consequências dessas políticas. Serão usados dados empíricos e modelos teóricos como forma de melhor demonstrar esses aspectos.

A análise de documentos oficiais e ainda estudos que abordam a extensão rural visará apresentar o seu surgimento no País e sua proposta de ação. Por fim, questiona-se sua proposta confrontando com a realidade teórica e empírica.

2 - AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NA AGRICULTURA E O ESTABELECIMENTO DA SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA AO CAPITAL

2.1 - A Pequena Propriedade Agrícola em Marx

Para o modo de produção capitalista, é pressuposto fundamental o trabalhador livre, destituído dos meios de produção. Só assim, ele se vê obrigado a vender sua força de trabalho para garantir o acesso aos meios de subsistência. Por sua vez, o capitalista, detentor dos meios de produção, pode explicar o trabalho; põe em marcha o processo de geração de mais-valia^{1/}. O capitalista e o trabalhador constituem, nesse plano, os agentes em torno dos quais o processo de reprodução do capital se desenvolve.

Na produção capitalista, a expropriação do camponês é historicamente decisiva. Com o desenvolvimento da indústria urbana eleva-se a procura por força de trabalho que é encontrada no campo. Contudo, com o avanço dessa indústria ocorre uma desarticulação na unidade existente entre a pequena produção agrícola e a indústria doméstica, "complemento natural dela" (MARX, 1980; 924). Outras causas complementares da ruína camponesa são apontadas por MARX, das quais é importante destacar: a concorrência da grande agricultura, o esgotamento do solo e a maior produtividade alcançada pelo emprego de maiores recursos nas grandes propriedades de exploração agrícola ou pecuária.

Quando MARX coloca a questão do exército industrial de reserva, para ele a evolução da produção capitalista traz

^{1/}"A produção de mais valia absoluta se realiza com o prolongamento de jornada de trabalho, além do ponto em que o trabalhador produz apenas o equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente" (MARX, 1982; 585).

consigo, na medida da sua expansão, uma população que supera as necessidades do capital. Portanto, "se uma população trabalhadora excedente é produto (resultado) necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista" (MARX, 1982; 733). Ele apresenta três formas de existência dessa população: flutuante, estagnada e latente. Aqui interessa a última forma. Ela está refugiada no campo, disfarçada sob a condição de trabalhador proprietário ou trabalhador rural totalmente livre que estão em vias de se transferir para cidade. Isto face as transformações capitalistas que funcionam como uma ruína da pequena propriedade. Assim, "parte da população rural encontra-se na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura" (MARX, 1982; 745) (grifo nosso).

Retornando à questão da pequena produção, MARX entende que o camponês tem como principal objetivo a produção de sua subsistência, não lhe interessa que o preço dos seus produtos não alcance a taxa de lucro média da economia. O camponês continuará produzindo os meios necessários à sua reprodução e reposição de seus instrumentos de trabalho. Esse é o limite de sua condição como proprietário e que se configura como um salário "que paga a si mesmo, após deduzir os custos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto o cobrir, cultivará a terra, e frequentes vezes submetendo-se a salário reduzido, ao mínimo vital" (MARX, 1980; 923). Nessas condições, as possibilidades de acumular estão eliminadas. Tem-se aí um trabalho latente. Por outro lado, em oposição à grande propriedade, MARX observa que "por natureza, a propriedade parcelária exclui o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, as formas sociais de trabalho, a concentração social dos capitais, a pecuária em grande escala, a aplicação progressiva da ciência" (MARX, 1980; 925).

As constatações de MARX parecem expressar uma tendência que seria a eliminação da pequena propriedade à medida que o capitalismo evoluísse. Ora, se o processo de acumu

lação se dá com base no excedente de trabalho, então o camponês, ao se apresentar nas condições aqui expostas, está assumindo o caráter de simples trabalhador que cede ao capital trabalho não pago. MARX afirma que "parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dada de graça à sociedade" (1980; 923/3). Ou seja, da quantidade de trabalho materializado nos produtos durante o processo de produção somente parte é retida pelo produtor direto, sendo o restante fluído para o processo de acumulação de capital através dos mecanismos de preço.

2.2 - A Visão de Kaustsky

KAUTSKY (1972), ao tratar a questão agrária, o faz preocupado com a evolução social. Neste percurso, estão sistematicamente colocadas as vantagens da grande exploração sobre a pequena no modo de produção capitalista.

Da mesma forma que MARX, KAUTSKY entende que a ruína do camponês se dá a partir do processo de dissolução da indústria doméstica face o desenvolvimento do comércio e da indústria urbana. Para ter acesso aos produtos que não mais produz e aos novos criados pelo desenvolvimento da produção urbana, necessita ele de mais dinheiro. O processo transforma inclusive seu processo de trabalho e deixa-lhe mais tempo disponível. Esse movimento assinala a marcha da transformação do camponês, que mais e mais se vê sujeito às regras do mercado capitalista. Dessa forma, começa a se delinear um novo produtor, que não mais produz para si, para sua família, mas que se insere no modo de produção capitalista.

KAUTSKY adverte para o fato de que na agricultura o desenvolvimento capitalista ocorre de forma própria e diferente do que ocorre na indústria, sem com isso querer dizer que o desenvolvimento daquela seja independente desta. Ora, o fundamento da produção capitalista, concebido por MARX, está na concentração e centralização de capitais. Movimentos

que implicam absorção das escalas de produção menores pelas maiores com formação de oligopólios e monopólios. KAUTSKY, em seu estudo, chega à conclusão de que "na agricultura a tendência para a fragmentação e a tendência para a centralização podem atuar simultaneamente" (1972; v. II; 17).

As transformações na pequena e na grande exploração operadas pela indústria urbana definem um novo perfil na agricultura. O camponês aqui não está submetido a uma coerção extra-econômica, como acontecia no sistema feudal. Entende KAUTSKY que, como camponês, ele agora se apresenta como operário; que, como camponês, seus cálculos econômicos diferem dos cálculos capitalistas; "não vive do produto de sua propriedade mas do produto do seu trabalho, e o seu gênero de vida é o de um assalariado. Precisa da terra como meio para ganhar a vida trabalhando e não para dela tirar lucro ou renda fundiária" (1972; VII; 8). Nessas condições, em que o camponês renuncia à taxa de lucro, o trabalho excedente incorporado no produto do seu trabalho é transferido para os setores não agrícolas. Assim, ele entende que o campesinato, em sua nova forma, torna-se uma exploração anexa da indústria e que se orienta por suas exigências técnicas e econômicas. No estudo de KAUTSKY são encontrados alguns exemplos desse tipo de subordinação; "As empresas da casa Nestlé, por exemplo, mostram-nos as dimensões atingidas por certas explorações agrícolas. Ela possui na Suíça duas grandes fábricas de leite condensado e uma de farinha láctea. Está situada em Vevey, transforma diariamente 100.000 litros de leite de 12.000 vacas, provenientes de 180 aldeias. O que significa que há 180 aldeias que perderam a sua autonomia econômica e se tornaram súditos da casa Nestlé. Formalmente, os seus habitantes continuam a ser proprietários das suas terras, mas já não são camponeses livres" (1972; VII; 144). Também a grande exploração está sujeita ao progresso da indústria, a ela tem que se adaptar, porém essa sujeição se dá de maneira diferente do que ocorre com a pequena.

É o desenvolvimento industrial que KAUTSKY destaca como elemento propulsor que revoluciona não só a agricultura

mas a si próprio: "Foi a indústria urbana que quebrou a unidade entre a indústria e a agricultura no campo, que transformou o rural num puro agricultor, num produtor de mercadorias dependentes dos caprichos do mercado, que criou a possibilidade de sua proletarização" (1972; VII; 164).

2.3 - A Filiação do Camponês ao Capital na Interpretação de Autores Brasileiros

Vários autores trabalham a questão do capitalismo no campo, enfocando o aspecto da subordinação da agricultura ao capital. Aqui serão destacados os trabalhos de WANDERLEY (1979) e GRAZIANO DA SILVA (1982). A prioridade dada a esses autores decorre da reformulação e ampliação empreendida por eles ao conceito de proletário, que é básico para o entendimento do papel da pequena produção agrícola no processo de acumulação de capital na economia. As construções teóricas de WANDERLEY e GRAZIANO DA SILVA procuram delimitar o espaço ocupado pelo camponês, um espaço "criado" pelo capital e que por isso apresentam o camponês como um elemento do capital. Sob este ponto de vista, o que se tem ao longo do processo histórico é a transformação da propriedade livre do camponês em propriedade equivalente de capital.

No capitalismo, a terra, mesmo não sendo produto do trabalho humano, como os outros meios de produção, ainda assim possui um valor face o caráter que assume de propriedade privada. Nestas condições, o camponês, para ter acesso à terra, terá que pagar um preço.

WANDERLEY assinala que, no sistema capitalista, possuir o título jurídico da terra não é condição suficiente para ser seu proprietário, a não ser que também possa capturar a renda fundiária capitalista (o preço da terra). Caso não se aproprie desta renda, então só formalmente é seu proprietário e, como tal, representa a base de uma relação a partir

da qual a renda fundiária flui e se incorpora ao processo geral e acumulação capitalista.

Para MARTINS (1986; 177), "comprando a terra para explorar ou vender ou subordinando a exploração do tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra". Em qualquer tipo de exploração agrícola o capital sujeita a renda, porém a taxa de lucro é possível de ser apropriada pelo produtor. No entanto, WANDERLEY esclarece a respeito: "o camponês, sob o capitalismo, torna-se um agente que permite a apropriação por terceiros da totalidade de mais-valia por ele produzida, a qual é liberada, incorporada ao processo global de acumulação e canalizada para os setores dinâmicos da economia" (1979; 50). E que este processo se dá sob a mediação do mercado capitalista no momento da circulação. É o capital quem determina, por essa vida, a magnitude do produto do trabalho a ser retido na unidade produtiva. Isto também quer dizer que a organização da produção é determinada pelo mercado. Portanto, o camponês se encontra diante de um mercado que influi nos seus meios de produção, inclusive a terra, nos produtos do seu trabalho, nos bens de consumo e até mesmo na força de trabalho familiar.

Se WANDERLEY, como MARTINS, encontram na taxa de lucro e renda da terra os fundamentos das suas concepções teóricas de que o camponês representa uma força de trabalho para o capital, embora que diferente da urbana, NAKANO (1981) observa que na agricultura se tem mais espaço para produção com base no trabalho familiar em contrapartida à expansão do trabalho assalariado; na agricultura é privilegiada a lógica do valor sem se buscar a valorização do capital. Isso ocorre segundo ele, tendo em vista as diferenças estabelecidas entre agricultura e indústria. Os movimentos de concentração e centralização que ocorrem na indústria permitem assegurar uma taxa de lucro bem acima da média do sistema. Como a taxa de lucro e a renda da terra se formam pela distribuição da

mais-valia social no conjunto da economia, essas categorias econômicas são apropriadas pelo capital industrial. Por as sim entender, então a oligopolização nas atividades urbanas destroi na agricultura a taxa de lucro e a renda da terra. Pois que nessa última, "não existem as mesmas condições que permitem bloquear a mobilidade de capital e assim defender a taxa de lucro" (NAKANO, 1981; 11).

Por outro lado, NAKANO não nega a subordinação da agricultura ao capital; que existe uma acentuada integração entre produtores de subsistência, produtores modernos com ba se no trabalho familiar e o mercado capitalista. Contudo, assegura ele, não se trata de produtores capitalistas. Sua tese permite a construção de duas categorias de produtores: O de subsistência, que estaria próximo ao camponês puro, e o produtor familiar, que produz mercadoria para troca, e assim estaria próximo da categoria teórica de MARX: produtor sim ples de mercadoria. Ao que parece, sua concepção de agricul tura capitalista implica necessariamente a presença de rela ções capitalistas de produção. A produção agrícola, ao se dar sob as condições naturais, sem o controle do homem, num processo de trabalho descontínuo e com sérias restrições à economia de escala, está sujeita a elementos que dificultam a implementação do trabalho assalariado puro no setor.

A existência de formas pré-capitalistas ou não-capi talistas na agricultura, mesmo que subordinada ao capital é, para WANDERLEY (1979), uma conceituação ambígua. Ao mesmo tempo é útil e estranha ao capital. "É negar ao espaço que o capital cria para sua reprodução e que a torna por isso mes mo, não algo diferente do capital, mas um elemento do seu próprio funcionamento; portanto, um elemento capitalista" (WANDERLEY, 1979; 32).

A harmoniosa integração entre capital e camponês, de finida por WANDERLEY, é questionada por GOODMAN (1985), para quem esse tipo de análise "supõe, equivocadamente, a exis tência de um processo unificado de trabalho capitalista e é, assim, incapaz de perceber as formas de representação e de

conflito que são peculiares à produção familiar moderna" (1985; 39).

Para GRAZIANO DA SILVA (1982), que se posiciona na mesma linha de raciocínio de WANDERLEY, é restrita e rígida a conceituação de proletarização encontrada em alguns estudos; ele entende que não se trata apenas de estar livre a força de trabalho, tendo como única alternativa de existência a sua permuta no mercado, por meios de subsistência. "Na verdade, a recriação desses novos camponeses não é mais a reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital. Vale dizer, essa recriação se dá com a crescente perda de autonomia anterior do camponês no próprio processo de produção, que passa a ser agora prescrito - inclusive do ponto de vista técnico - pelo capital que o subordina e se lhe apresenta como uma relação social harmônica" (GRAZIANO DA SILVA, 1982; (b); 134). Entretanto, ele observa que "a produção camponesa subordinada ao capital jamais significa apenas uma solução funcional mas uma solução que gera novas contradições, como, por exemplo, ao opor limites à expansão das forças produtivas, à generalização da dominação direta do capital a todos os ramos produtivos, ao constituir base para a hipertrofia da dominação do capital comercial e usuário etc". (GRAZIANO DA SILVA, 1982; (b); 131).

2.4 - A Título de Conclusão

A previsão de MARX de que a produção capitalista assumiria um perfil homogêneo, com a expropriação do camponês, foi assim interpretada face a suas críticas a essa produção. Quando MARX chama essa produção de irracional, ele o faz do ponto de vista de sua produtividade, como já foi colocado antes ou quando ele diz: "esse preço mais baixo, ..., resulta da pobreza dos produtores e não da produtividade do trabalho" (MARX, 1980; 924).

Para MARX, o produtor direto, na produção capitalista, gera ao final do processo de trabalho um valor excedente em relação à soma dos valores consumidos na produção. Ele expressou da seguinte forma: D-M-D'.

D = Dinheiro e M = Mercadoria. E D' maior que D. Ou seja, no processo de produção o valor que entra é menor que o valor final. A diferença é apropriada pelo produtor direto.

Reconhece MARX que a pequena produção não tem como limite o preço de mercado, pois, "para o pequeno camponês cultivar sua terra ou comprar terra para cultivar, não é necessário, como nas condições normais de produção capitalista, que o preço de mercado seja bastante alto para proporcionar o lucro médio, e isto é mais válido ainda para um suplemento, na forma de renda, acima desse lucro médio" (1980; 923). Isto é, esse camponês não reivindica para si o valor maior materializado na sua produção.

Nessas condições, o processo de homogeneização que se desenha na produção capitalista parece estar relacionado ao processo geral de acumulação e menos com o desaparecimento do campesinato. O que interessa é a não interrupção desse processo. Não é forçoso perceber a homogeneização a partir de dimensões diferentes, contanto que elas estejam ajustadas de forma que a valorização do capital seja endossada inclusive por formas tradicionais de baixa produtividade. Na realidade, essas formas são fontes provedoras de trabalho não pago para o conjunto da economia e, por isso, em sintonia com o processo de acumulação. KAUSTSKY (1972; v. I; 8) diz, no prefácio à edição alemã: "a evolução só será um progresso se não se limitar a negar, a suprimir, mas se conservar também alguma coisa; se ao lado do existente que merece desaparecer, ela encontrar também existente que mereça ser conservado".

Se dessa forma pode ser entendido, igualmente deve ser observado que apesar da filiação do camponês ao capital,

ela nunca se dá de forma uniforme e linear. Para KAUTSKY (1972; V. I; 21); "deve-se investigar se e como o capital se apodera da agricultura, a revoluciona, se e como arruina as antigas formas de produção e de propriedade e cria a necessidades de novas formas". O camponês, um trabalhador para o capital, e a propriedade privada da terra são indiscutivelmente essas novas formas.

Nesses termos, sem dúvida o pensamento de KAUTSKY é mais preciso a respeito da inserção da pequena produção agrícola no processo geral da acumulação do capital, inserção que se dá de forma subordinada e, portanto, adequada ao modo de produção capitalista. Este é o entendimento que prevalece no corpo do presente trabalho.

No Brasil, os constantes movimentos desses produtores, reivindicando melhores condições de vida, de infra-estrutura, de preços e de créditos atestam ao mesmo tempo uma aliança e uma contradição. Aliança, na medida em que melhorando as suas condições de produção, alimentam o processo de acumulação; contradição, tendo em vista defenderem uma margin de lucro que seria subtraída do capital.

GRAZIANO DA SILVA (1982 (b); 130) observa que "a produção camponesa no Brasil de hoje está sempre subordinada ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção de que necessita". Assim, ele assinala, citando NESKOV, a existência na agricultura brasileira de duas formas concretas da pequena produção:

(a) Formas subordinadas ao capital comercial e ao proprietário fundiário

"Essas formas de extração do excedente podem ser assim resumidas: pagamento da renda fundiária pelo parceiro (sob forma de percentual da produção comercial e/ou de subsistência); pagamento da renda pelo rendeiro não-capitalista (quantidade fixa de produto ou dinheiro); obrigatoriedade do parceiro ou arrenda

tário ou membro de suas famílias de trabalharem em certos serviços na propriedade por salário inferior ao regional; capacidade de financiamento bancário controlada pelo comerciante ou pelo proprietário, que repassa crédito aos produtores a juros mais altos que os do sistema financeiro normal; fornecimento de produtos (alimentos ou insumos) sobrevalorizados aos pequenos produtores; compra antecipada da produção a preços inferiores aos do mercado; etc.

(b) Formas subordinadas às agroindústrias e a "cooperativas capitalistas"

Nesse caso a apropriação do excedente dá-se através do financiamento dos insumos e da "assistência técnica", que cria uma dependência do pequeno proprietário e o força a adotar um novo padrão técnico; e através da venda num mercado monopsônico da matéria-prima industrial por ele produzida. Nessa forma de articulação da agricultura com a indústria, a propriedade privada da terra detida pelo pequeno produtor, e mesmo o caráter "independente" da sua produção ficam bastante descaracterizados" (1982 (b); 129).

3 - A AGRICULTURA COMO CAMPO DE EXPANSÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL

3.1 - Agricultura Tradicional: Sua Articulação com o Setor Urbano

Nos momentos cruciais da economia brasileira o estado esteve presente, constituindo os interesses dos agentes econômicos, sejam eles de origem interna ou externa.

A economia com base na produção agrária, onde o café ocupava posição dominante, se destacava por um processo de trabalho extensivo que privilegiava os recursos naturais e a força de trabalho como expressões máximas dessa atividade. FURTADO (1989) encontra razão nesses elementos para explicar a primazia dessa produção na economia. Para ele, a folga na oferta da mão-de-obra permitia aos cafeicultores manter esse processo de produção. Por outro lado, a extensão territorial abria espaço para que o café "andasse". A situação assim de finida favorecia uma taxa de lucro vantajosa ao empresário estimulando-o a expandir sua produção. SILVA (1986), explicando o processo da industrialização brasileira, questiona essa posição ao perceber que na configuração da economia mundial a divisão internacional do trabalho reserva ao Brasil a condição de produtor primário, em particular, produtor de café. Entende ele que a acumulação depende das modificações operadas pelo capital ao nível das relações de produção. Os efeitos resultantes da acumulação ocorrida na economia cafeeira são influenciados pela divisão internacional do trabalho, limitando, dessa maneira, transformações da produção. Esta percepção evidencia a forma como a economia nacional se inseriu na economia mundial: de forma subordinada, através da produção agrícola destinada a abastecer o mercado externo.

Ora, essa economia, fundada numa baixa produtividade do trabalho e sujeita às regras do mercado internacional, re

velou uma frágil estabilidade. Nesse contexto, o preço aparecia como principal sustentáculo da produção.

Na medida em que o preço assim se destacava, ele passou a ser o alvo privilegiado das ações do Estado. Ou seja, o Estado orientou suas medidas no sentido de dar sustentação a essa estrutura de acumulação: "quando a economia agrária exportadora era hegemônica, toda a atividade estatal se restringia a medidas destinadas a preservar ou favorecer o crescimento da produção, sem que se pusesse em jogo a modificação estrutural" (IANNI, 1989; 57).

Daí que, ao formular as políticas de valorização do café^{1/}, o Estado localizou suas ações ao nível da circulação, preterindo o processo de produção. Trata-se de uma fase do desenvolvimento capitalista brasileiro em que a estrutura de acumulação esteve dominada pela mais valia absoluta, que é uma condição imposta pelo capital internacional.

Com a crise internacional de 1930^{2/}, a economia brasileira experimentou um movimento de transformação em seu processo de acumulação, quando este passou a ter sua base nos centros urbanos. Para IANNI (1979; 149), essa mudança significa que "a reprodução do capital no conjunto da economia brasileira passou a ser governada pela reprodução do capital industrial. As transformações políticas e sociais que acompanharam a crise dos anos 1920-30 e a Segunda Guerra Mundial, de 1939-45, criaram as condições propícias à transição para um sistema econômico em que predomina o setor industrial".

É importante ressaltar que a atual estrutura agrária brasileira confirma que as transformações ocorridas na década de 30 não alcançaram o setor agrário. Este é a base a partir da qual emergiu, no Brasil, o capital industrial. Assim entendem SILVA (1986) e IANNI (1989), para quem a constitui

^{1/}FURTADO detalha este ponto em Formação Econômica do Brasil, 1982, Capítulos XXX e XXXI.

^{2/}Internamente, esteve em andamento a revolução de 30, que representa o fim do poder oligárquico. (ver MENDONÇA, p. 10).

ção do capital industrial a partir do capital agrário se deu sob a orientação dos capitais comercial e bancário. Desta forma, torna-se aceitável a tese de aliança entre o capital agrário e industrial, de maneira que a burguesia agrária não é totalmente afastada do poder. O que se quer evidenciar é a ausência do camponês nesse movimento de transformação, o que, aliás, é uma constante na vida político-econômica do País.

Na nova dinâmica econômica, coube à agricultura dar sustentação à expansão urbano-industrial.

Para OLIVEIRA (1987), isto só se tornou possível porque havia disponibilidade de terras e grande contingente populacional. Na sua nova função, a agricultura deveria garantir a importação de bens de capital e intermediários, atender o setor urbano com produtos alimentares e fornecer uma massa de trabalhadores proletarizados para a indústria. Esses aspectos, e mais a ação do Estado na implantação de infraestrutura, conformariam a base para a transição da economia agro-exportadora para a urbano-industrial.

Quanto ao abastecimento dos centros urbanos com produtos agrícolas a baixo preço, o processo se daria pela expropriação do excedente gerado pela posse transitória da terra no movimento da produção em direção às regiões de fronteira já que, segundo REGO (s.d.; 3), a maior parte dos gêneros alimentícios eram ali produzidos^{1/}. Esse movimento foi possível pela abertura de rodovias em direção ao Paraná, Mato Grosso, Maranhão etc.

^{1/}REGO (s.d.; 3) assim descreve o mecanismo de expropriação: "A grande exploração vai se expandindo e incorporando as terras ocupadas por unidades familiares nas suas fronteiras internas e externas (...) pela exploração da força de trabalho livre mas não proletarizada que se constitui desde a abolição da escravatura, na forma de colonos, parceiros, rendeiros (moradores) que produzem alimentos no seio da grande propriedade, assumindo os custos de sua reprodução, barateando, assim, a sua força de trabalho. Essas relações de produção não capitalistas possibilitam a apropriação do trabalho excedente dos produtores diretos pela renda-dinheiro, renda-produto, renda-trabalho e pelo pagamento de um salário correspondente a uma fração do valor da força de trabalho".

A agricultura, nesse contexto, asseguraria a formação de salários, nos centros urbanos, em níveis compatíveis com a expansão do processo de acumulação. Em contrapartida, seria mantida a estrutura agrária cuja produção se organiza em bases extensivas. "Se é verdade que a criação do novo mercado urbano-industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado, até certo ponto, pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão primitivo baseado numa alta taxa de exploração de força de trabalho" (OLIVEIRA, 1987; 23).

Apoiava-se a produção agrícola numa base técnica pouco desenvolvida. Se, por um lado, sua transformação implicava importação de insumos e implementos agrícolas, consequentemente demandando divisas (o que poderia comprometer o setor industrial que estava sendo implantado), por outro lado, como afirma SORJ (1986), as condições para se produzir alimentos a baixo custo são dadas pela existência de uma massa de pequenos produtores e terras que podem ser incorporadas à produção. Mas esses elementos apresentam limites de exploração e assim, "na medida em que essas condições tendem a se esgotar, a pressão da demanda determina o aumento dos preços e uma crise de abastecimento, que só podem ser superados pela importação de alimentos ou pela reestruturação da agricultura, visando à produção de mais excedentes a partir de novos processos produtivos" (SORJ, 1986; 25).

Portanto, a agricultura continha os elementos capazes de responder às necessidades básicas que a nova dimensão econômica demandava. E mais, o projeto para transformação de sua base técnica poderia esperar mais algum tempo para ser posto em prática, embora, conforme CASTRO (1984), em 1945 já houvesse um movimento de produtores reivindicando traçar os rumos de uma política agrícola modernizante através da Carta de Teresópolis. Entre os pontos propostos nesse documento destaca-se um programa de assistência técnica e crédito rural" (CASTRO, 1984; 315).

É nesses termos que é possível entender a aliança in d ú s t r i a - a g r i c u l t u r a: uma integração econômica que se aprofunda com o desenvolvimento industrial. Também é importante desta ca r o papel do Estado nessa articulação, afetando princip a l m e n t e a pequena produção, num contexto em que as forças produtivas estão pouco desenvolvidas.

3.2 - Da Modernização à Industrialização: Transformação e Integração da Agricultura nos Complexos Agro-indus- triais

Se a agricultura se organizou e se articulou com a in d ú s t r i a, conforme foi colocado, na sua nova fase ela assumiu um papel, perante a indústria, organicamente diferente. Quer dizer, sua produção passou a se organizar em novas ba ses, enquanto seu produto era qualitativamente diferente.

Para melhor apreensão das transformações que ocorre ra m no setor agrícola a partir dos anos 50, sob os conceitos de modernização e industrialização do campo, é importante, primeiro, ter claros esses conceitos.

Segundo KAGEYAMA (1987), "por modernização da agri c u l t u r a se entende basicamente a mudança na base téc n i c a da produção agrícola. É um processo que ganha dim en s ã o nacional no pós-guerra, com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou no vas variedades. É uma mudança na base técnica da pro du ç ã o que transforma a produção artesanal do cam p o n ê s, à base da enxada, numa agricultura moderna, in t e n s i v a, mecanizada, enfim, numa nova maneira de pro du z i r. A industrialização da agricultura envolve a id é i a de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como

uma fábrica que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção. O camponês produzia em integração com a natureza, como se este fosse o seu laboratório natural. Trabalhava a terra com insumos e ferramentas que tinha ao seu alcance, quase sempre produzidos em sua própria propriedade. A agricultura industrializada, ao contrário, está conectada com outros ramos de produção. Para produzir ela depende dos insumos que recebe de determinadas indústrias; e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformações" (1987; 1).

Nos anos 50 a industrialização brasileira estava em curso, com alguns ramos já implantados. Isto parece ter sido decisivo para o movimento das massas rurais em direção aos centros urbanos. DELGADO (1985; 24) assinala que a taxa anual de emprego não agrícola era de 3,7% no período 1950/60 e de 4,8% na década seguinte. O custo de vida, em particular o custo da alimentação, apresentava uma taxa média anual de 19,4% e 43,0%^{1/}, respectivamente, para os períodos 1954/58 e 1958/62, o que representa preços elevados, considerando-se os baixos salários urbanos da época. A agricultura, internamente, foi pressionada a produzir mais alimentos e a indústria buscou novas áreas para sua expansão. O setor agrícola, todavia, se ressentiu de uma indústria interna de máquinas e implementos agrícolas e insumos capaz de alterar sua base produtiva. Essa alteração, porém, estava restringida pela geração de divisas, que possibilitaria a importação desses meios de produção. O relatório da Comissão Mista-Brasil-Estados Unidos (1949), citado por CASTRO (1984; 316), dá o seguinte diagnóstico: "A baixa produtividade prevalecente em grande parte da agricultura brasileira, assim como a concentração da produção exportadora em poucas lavouras, seria também a responsável pelas dificuldades no balanço de pa

^{1/}Extraído de SORJ (1986; 27).

gamentos e pela inflação. Para fazer face a tais problemas, seria imprescindível um desenvolvimento da agricultura, suporte necessário ao desenvolvimento industrial preconizado". Aliás se se considerar que o sistema bancário não estava adequado, particularmente, às necessidades de uma agricultura primitivamente organizada, o que só ocorreria a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, então é possível dizer que este instrumento atuou como verdadeiro limite à modernização agrícola.

É nessa conjuntura que começou a se constituir um novo mercado, ajustado à nova dinâmica de acumulação capitalista. A agricultura, que se modernizava pela importação de insumos, máquinas e implementos agrícolas, se apresentava como mercado potencial dessa indústria e como produtora de matérias-primas para exportação e para processamento. Era esse o ajustamento de que o capital industrial necessitava e foi na perspectiva desse espaço econômico que se implantou no Brasil o complexo agroindustrial (CAI). O Plano de Metas e Bases para Ação do Governo estabelecia que "mediante forte ação executiva, da plena utilização dos instrumentos já criados e da ampliação dos incentivos existentes, serão lançadas as bases para promover, na década de 70, um movimento renovador, de profundidade, no setor agrícola. Isso significará, principalmente, dotar a agricultura brasileira de um sistema de apoio financeiro e fiscal capaz de produzir a transformação tecnológica e o fornecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços" (BRASIL Presidência da República, 1970; 89).

É preciso ficar evidente que a modernização se deu numa base estrutural que tinha como principal característica a aliança entre o capital industrial e o capital agrário, tendo como mediador o Estado. A marginalização do pequeno produtor agrícola e das massas populares em geral da vida política e econômica do País parece ter sido fundamental para a heterôgenea agricultura hoje existente no Brasil. "A situação objetiva da economia, o caráter da aliança agrário-industrial, o isolamento político da classe trabalhadora contri

buiaram para consolidar a alternativa autoritária do poder político e de modernização econômica. Definia-se, na forma e no conteúdo, a via reacionária de modernização capitalista, onde o Estado desempenhará papel importante na realização de condições para o desenvolvimento industrial" (ARAÚJO, 1977; 234).

Por sua vez, a modernização se concentrou em determinadas regiões, próximas aos centros mais industrializados do País. Normalmente ela está relacionada com cultivos de interesses da indústria transformadora. À medida que se adotou a mecanização motorizada, ajustada ao cultivo dessas culturas, que por sua vez são exigentes em insumos químicos, ocorreram alterações nas relações de trabalho. Impõe-se a necessidade do trabalhador livre, restrito a determinadas operações de ciclo produtivo. Surgiu o boia-fria (o volante), formou-se o mercado de trabalho rural. Outro contingente de produtores rurais foi transferido para a região de fronteira e/ou para os centros urbanos. No período 1970/80, segundo DELGADO (1495; 22), "ocorreu declínio absoluto da população rural das regiões Sul-Sudeste e Centro-Oeste, em torno de 4,54 milhões de pessoas. Parte dessa população migrante -2,11 milhões de pessoas - realizou migração rural em direção aos estados de fronteira agrícola (Amazonas, Pará, Rondônia, Acre e Mato Grosso)".

Esse quadro, pode-se dizer está estritamente relacionado com as políticas para o setor agrícola, em particular com o crédito rural subsidiado. A dificuldade que tem o pequeno produtor de ter acesso a esse crédito e a valorização que ele possibilita à terra como principal meio para sua captação são condicionantes da expropriação desses produtores.

Com a implantação no País da indústria provedora de meios de produção para agricultura, tomou impulso a passagem da agricultura tradicional para agricultura moderna. Esse deslocamento se deu através de um conjunto de medidas tomadas pelo Estado: a reorganização da pesquisa e da extensão rural, a integração do mercado nacional de produtos de ori

gem agrícola via implantação dos CEASA's e rodovias inter-estaduais. É a partir daí que tem início o processo de industrialização da agricultura; consolida-se o CAI e conforma-se uma agricultura qualitativamente diferente, com o emprego de insumos, máquinas e implementos agrícolas. Por outro lado, a indústria processadora de produtos agrícolas impõe a necessidade de incorporar à produção determinadas características, a fim de se obter o padrão de qualidade que deve ter o produto final.

É no contexto acima que a Extensão Rural tem papel preponderante através dos seus métodos de difusão de tecnologia. O Plano de Metas e Bases para Ação do Governo estabelece que "os serviços da extensão rural proporcionarão a base de assistência técnica indispensável para os principais projetos de aumento da produção e produtividade agrícola, no campo da irrigação, da eletrificação rural, da pesquisa, do desenvolvimento da pecuária, da reforma agrária, da educação rural e de outros (BRASIL, Presidência da República, 1970; 104)". Isto é, como instrumento de intervenção no campo, a Extensão Rural tem a missão de potencializar a agricultura como mercado consumidor de máquinas e insumos industriais e ao mesmo tempo como produtora de matéria-prima para indústria a jusante.

A dinâmica da agricultura, quando inscrita no CAI, passa a ter a dinâmica do próprio CAI. Foge aos objetivos desse trabalho uma discussão mais detalhada neste sentido. KAGEYAMA (1987), SORJ (1986), GRAZIANO DA SILVA (1988) e DELGADO (1985), entre outros, tratam do assunto com mais profundidade.

Limitando a análise da agricultura ao período de 1930 aos dias atuais, pode-se separar tal período em dois momentos em que a agricultura se articula organizadamente ao capital industrial. Num primeiro instante, que se estende a meados de 60, o setor agrícola responde como fonte produtora para o mercado interno e/ou externo; depois disto, funciona como espaço econômico de reprodução do capital em geral.

3.3 - O Sentido das Políticas de Promoção da Produção Rural

É interessante fazer algumas considerações de ordem geral sobre as políticas estabelecidas pelo Estado como forma de melhor fundamentar aquelas aqui discutidas. Neste sentido, é necessário perceber o seu sentido e os agentes envolvidos na sua formulação, pressupondo que são eles os mais beneficiados.

No contexto em que ocorreu a modernização agrícola, não é difícil aceitar o caráter seletivo contido nessa política. Mesmo porque ela se deu sobre uma estrutura fortemente concentrada, característica esta determinada historicamente^{1/}. Assim, de uma maneira geral, os excluídos foram os despossuídos dos meios de produção e os pequenos camponeses. Suas ausências são entendidas a partir de suas reivindicações sociais e do movimento camponês que eclodiu no final da década de 50 e início da de 60. GUIMARÃES (1981; 151) observa que "a pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária. Nessa luta, que aparece no Brasil (...) em forma inversa, com a grande propriedade implantada primeiro e a pequena propriedade surgida depois, o instrumento decisivo de vitória dos sem terra sobre o privilegiado sistema latifundiário foi a posse, a ocupação extra legal do território conquistado na dura e continuada batalha contra os seus seculares monopolizadores".

Diante dos movimentos que se dão no início da década de 60 e das articulações pro-desenvolvimento capitalista na década de 50^{1/} é que foi concebido o projeto que estabelece um novo perfil para a economia rural. O Estado se destaca aí como principal arquiteto. Um Estado que historicamente tem se constituído no palco onde se organizam os diversos interesses da burguesia - na economia agro-exportadora, nos momentos de industrialização e modernização do setor agrícola

^{1/}Ver trabalho de MENDONÇA (1986), especialmente os capítulos II e III.

- um Estado classista, "tomado" pelas forças dominantes que se representam no aparelho estatal pelas várias frações do capital. SORJ (1986; 28) diz que "em fins da década de 1950, há uma quebra nos mecanismos de integração da agricultura no padrão de acumulação industrial, seja em termos políticos, seja em termos econômicos, que irá exigir uma reorganização da agricultura a partir da intervenção do Estado e dos grupos chamados a orientar a nova dinamização da produção e a renovação das estruturas de dominação. O rumo tomado pela reorganização agrária, porém, não estava pré-determinado; foram as forças sociais vencedoras a nível de conjunto da sociedade e dentro do campo que orientaram o sentido e as formas de integração da agricultura ao nível de produção e do Estado. No caso do Brasil pós 1964, essas forças eram fundamentalmente o grande capital monopólio ao qual se associam, em posição secundária os grandes proprietários de terras".

Na medida em que o capital não constitui um bloco de interesses uniforme, o Estado encontra-se permeado pela competição intercapitalista, e mais, pelas contradições embutidas no processo de desenvolvimento capitalista. Contradições que se expressam na luta de classe e entre as frações de classe: no desenvolvimento da concentração e centralização do capital, na luta de classes pela apropriação de trabalho não pago, pela resistência do camponês à expropriação, à sua transformação em "trabalhador para o capital".

Frente aos conflitos estabelecidos no corpo do Estado, a sua "superação" ocorre pelas alianças firmadas, pelo estabelecimento de compromissos assumidos e que abrangem as várias frações de classes e que se manifestam nas políticas do Estado. Essa percepção está articulada ao pensamento de POULANTZAS (1985), que concebe o Estado como uma "condensação material de uma relação de forças" capaz de unificar a

burguesia graças a sua autonomia relativa^{1/}. No entanto, essa representação-organização pelo Estado da classe dominante se dá sob a liderança de uma das frações de classe que seria a fração hegemônica. Dessa maneira pode-se ter o delineamento de diretrizes para o conjunto do capital. Para POULANTZAS (1985; 152) "o estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (O Estado-relação)" (grifo no original). Se os interesses da população dominada são igualmente incorporados aí, o são de forma bem particular, de modo a não comprometer as alianças, mesmo porque o Estado "tomador" pelas forças hegemônicas não comporta interesses a elas estranhos. Seria negar a própria luta de classes. A esse respeito, comenta POULANTZAS (1985; 164), "seria falso - deslize com consequências políticas graves - concluir que a presença das classes populares no Estado significariam que elas aí detenham poder, ou que possam a longo prazo deter, sem transformação radical desse Estado" (grifo no original).

É nessa dimensão teórica e concreta que deve ser apreendida a gestão das políticas agrícolas, na direção de legitimar os interesses da burguesia presente nos diversos aparelhos do Estado. Do conjunto dessas políticas resultam, de um lado, a inscrição da propriedade da terra no processo de valorização, e de outro, a consolidação da indústria de bens para a agricultura que firma nesse espaço produtivo seu campo de valorização. Estrategicamente esse processo de con

^{1/}"A autonomia relativa do Estado diante de tal ou qual fração do bloco no poder é necessária igualmente para a organização da hegemonia, a longo termo e de conjunto, do bloco no poder em relação às classes dominadas, sendo impostos muitas vezes ao bloco no poder ou a uma ou outra de suas frações os compromissos materiais indispensáveis a essa hegemonia (POULANTZAS, 1985; 161)". O que o autor quer dizer é que o Estado assume compromissos com as massas dominadas, mas trata-se de compromissos provisórios que a longo prazo se revertem em favor da classe dominante. Ou seja, busca-se assegurar com essa estratégia a posição subordinada das classes populares.



orientada pela adequação da pesquisa, do crédito rural e da assistência técnica à lógica do capital.

Aqui é importante dizer que é nesse contexto que o Sistema de Extensão Rural, como dispositivo do Estado, assume as políticas de interesse da classe dominante e, através de uma estratégia de ação, participa efetivamente das transformações capitalistas no campo. Quanto a este aspecto, MENEZES (1985; 96) opina: "Tanto o discurso como a ilustração (...) permitem identificar o papel da Extensão no meio rural, isto é, como um instrumento capacitado para garantir que o homem rural entrasse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado. Ou melhor, que ele deixasse de ser parado e retraído e passasse a produzir mais, com melhor qualidade e em menor tempo para com isso obter algum rendimento que lhe permitisse consumir adubos, vacinas, equipamentos para continuar produzindo e conseqüentemente consumindo".

3.3.1 - O crédito rural subsidiado no curso da modernização agrícola

A estruturação de um programa de crédito rural que desse conta das transformações que se estava a exigir do setor agrícola era fundamental. Isto foi possível pela instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através da Lei nº 4.829, de 05.11.65.

De acordo com essa legislação, o programa de crédito rural estabelecia como objetivos:

- (1) estimular o crescimento ordenado por investimento rurais;
- (2) tornar o custeio oportuno e financiar a comercialização de produtos agropecuários;
- (3) tornar possível o seu acesso aos pequenos e médios produtores, de forma a fortalecê-los;

4. possibilitar a introdução de inovações tecnológicas na agricultura, de forma a elevar racionalmente a produção^{1/}.

Nas condições em que o programa foi implantado, com custo do financiamento abaixo das taxas inflacionárias registradas no mercado (entre 1971 e 1978 as taxas de juros dos financiamentos se mantiveram constantes em 15%, contra uma inflação crescente), normas de pagamento elásticas e cobertura de 100% das operações financiadas, teve o crédito rural um crescimento de 444% (ver TABELA 1).

Uma determinação operacional a que o crédito rural subsidiado sujeitava os agricultores era o uso de insumos. Este aspecto define o crédito rural como instrumento para viabilizar a modernização da agricultura: ou seja, o sentido do programa era na direção da união agricultura-indústria.

Na forma como foi estruturado o crédito rural, ele gera no seio dos proprietários rurais uma competição que é regulada pela propriedade da terra, na medida em que ela é oferecida como garantia real. Desta forma, os grandes proprietários têm maior facilidade de acesso a um maior volume de crédito. A TABELA 2 revela essa situação. Pode-se observar, por exemplo, que no extrato de zero a 99ha, que representava 90,1% dos estabelecimentos em 1975, apenas 28% obtiveram crédito, num volume de 31,9% do total financeiro. Em contrapartida, no extrato de 100 a 9.999ha (9,17% dos estabelecimentos em 1975), 67,6% retiveram 64,3% do total financiado.

Essa equalização do crédito rural com a estrutura agrária prevalecente tem como coadjuvante o tipo de tecnologia difundida no Brasil e que será objeto da próxima ação.

A transformação da base técnica da agricultura pelo emprego de máquinas e implementos agrícolas e insumos modernos via crédito rural subsidiado representa a concretização

^{1/}Manual de Crédito Rural. Banco Central do Brasil. 1979.

TABELA 1 - Evolução do crédito rural concedido e outros indicadores da política de crédito entre 1969 e 1982 (milhões de cruzeiros)-Brasil.

Anos	Crédito de Custeio Milhões Cr\$ de 1977	Crédito de Investimento Milhões Cr\$ de 1977	Crédito Comercial Milhões Cr\$ de 1977	Crédito Rural Total, Índice de Valor Real - Base 1969	Crédito Rural Total Milhões Cr\$ Correntes	Taxa Nominal de Juros (Taxas Máximas Cobradas)	Taxa de Inflação
1969	25.873,8	15.649,8	14.176,8	100,00	6.489,0	18,0	20,8
1970	29.543,7	17.982,1	18.719,9	118,97	9.428,0	17,0	19,8
1971	24.957,7	16.918,4	15.475,5	137,47	12.870,0	7,0	20,1
1972	29.610,7	23.522,7	17.985,9	170,49	18.334,0	15,0	17,0
1973	42.949,3	33.278,8	24.384,5	240,62	30.334,0	15,0	15,1
1974	56.003,0	37.652,7	30.726,0	297,56	48.273,0	15,0	28,7
1975	79.480,2	56.683,5	43.172,5	433,76	89.997,0	15,0	27,7
1976	78.399,1	60.233,2	47.149,5	444,93	130.226,0	15,0	41,3
1977	78.428,4	40.236,0	47.193,9	396,75	165.858,0	15,0	42,7
1978	80.437,0	42.122,4	46.108,5	403,45	233.942,0	15,0	38,7
1979	104.730,3	52.020,8	51.476,8	503,13	448.731,0	38,0	53,9
1980	113.720,9	37.700,9	49.558,9	481,11	852.397,8	45,0	100,2
1981	102.227,8	26.942,7	45.129,2	417,27	1.563.090,2	45,0	109,9
1982	108.582,8	22.138,9	38.080,4	404,10	2.960.272,9	60 a 80% da variação da ORTN	

FONTE: DELGADO (1985).

OBS: Crédito Rural - Dados Estatísticos - 1982, dados corrigidos para 1977 pelo Índice 2 da "Conjuntura Econômica".

TABELA 2 - Participação relativa de estabelecimentos agrícolas no total de estabelecimentos, na obtenção de financiamento e no valor dos financiamentos, por estratos de área total, Brasil 1970-80 (em percentagem).

Estratos de Área Total (em ha)	% dos Estabelecimentos		% que Obtiveram Financiamentos		% do Valor dos Financiamentos				
	1970	1975	1970	1975	1970	1975			
	1980	1980	1970	1980	1970	1980			
0 a 10	51,2	52,1	50,6	5,0	4,8	10,3	5,5	3,2	4,4
10 a 99	39,3	38,0	39,0	17,2	23,2	32,2	33,1	28,7	30,0
100 a 999	8,4	8,9	9,5	23,2	31,1	35,0	41,8	44,6	42,5
1.000 a 9.999	0,7	0,8	0,9	25,3	36,5	33,5	15,6	19,7	20,3
1.000 a mais	0,0	0,0	0,0	23,1	33,9	21,7	4,0	3,8	2,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: MARTINE (1987).

do potencial do setor agrícola em termos de demanda desses produtos industriais. KAGEYAMA e GRAZIANO DA SILVA (1983; 207), analisando o grau de tecnificação da agricultura, mostram que em 1970 somente 6,2% do total de estabelecimentos usavam a força mecânica (inclusive a tração mecânica); em 1975 esse número sobe para 14,5%. O uso de fertilizantes químicos e/ou orgânicos, que era de 18,6% em 1970, em 1975 aumenta para 22,3% do total dos estabelecimentos. Na TABELA 3 pode-se observar o consumo e a produção de fertilizantes. Em 1960 a produção de NPK era de 105,7 mil toneladas para um consumo de 198,4 mil toneladas. Para 1980 o consumo de NPK atingiu 4.066,1 mil toneladas e uma produção de 1.871,7 mil toneladas. MARTINE (1987; 29) informa que em 1970 o número de tratores utilizados no setor agrícola era de 165.870 unidades e em 1980 existiam 530.691. Dados da CACEX indicam que em 1950 houve importação de 8.373 tratores e que em 1980 essas importações não se registraram^{1/}.

A aliança agricultura-indústria passa a se expressar também na forma de tecnologia, cujo elo de ligação é o crédito rural subsidiado. De um lado, a necessidade de tecnologia para implementar a produção verticalmente tende a substituir a terra como principal substrato da produção agrícola. De outro, o caráter privado da propriedade da terra, meio de influência econômico-política, tende à valorização, de forma particular quando ela surge como garantia real para obtenção de crédito rural. Assim, com este instrumento, têm-se atendidos os interesses subjacentes à produção agrícola e, à proporção que isto acontece, resulta um processo de diferencia

^{1/}SALES COSTA (1984), analisando os propósitos do PDRI - Ibiapaba no Ceará constatou que 56,4% dos gastos do projeto se destinavam a apoiar ações com o objetivo de modernizar a agricultura daquela região - a Extensão Rural ficou com 4,0% dos recursos. Ela constata a existência, em 1975, de uma revenda de insumos e implementos agrícolas de responsabilidade do governo. Em 1984 existiam 12 (doze) revendedores particulares e 7 (sete) revendas do governo.

TABELA 3 - Produção e consumo aparente de NPK (mil toneladas de nutrientes) 1960-1983.

Anos	Fosfatados		Nitrogenados		Potássicos		Total NPK	
	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo NPK	Produção NPK
1960	131,6	89,9	66,8	15,8	n.d.	0	198,4	105,7
1967	204,6	109,0	103,4	7,9	136,9	0	444,9	116,9
1970	415,9	169,4	276,4	20,8	306,7	0	999,0	190,2
1975	1.016,7	516,7	406,2	160,8	557,1	0	1.980,0	677,5
1980	1.853,9	1.488,7	905,6	383,0	1.306,6	0	4.066,1	1.871,7
1981	1.218,2	1.082,6	668,4	349,4	766,7	0	2.653,3	1.432,0
1982	1.133,6	1.061,9	646,2	399,8	571,3	0	2.651,1	1.461,7
1983	934,3	991,1	586,2	551,6	726,4	0	2.246,3	1.542,7

FONTE: DELGADO (1985).

ção na agricultura, inclusive como já foi colocado, com a exclusão de um contingente de pequenos produtores. DELGADO (1985; 182) a esse respeito afirma que "numa instância mais geral, a estratégia de crescimento e diversificação de indústria com a agricultura determinará o espaço do mercado que o grande capital reservará a essa pequena produção. Numa instância política, a forma estatal de administração discriminatória das margens de lucros por grupos de produtores poderá ou não viabilizar a permanência ou crescimento dessa categoria de pequenos produtores".

O crédito rural subsidiado, nas bases em que foi lançado, induziu e promoveu a integração agricultura - indústria no nível técnico do tipo insumo-produto. Para DELGADO (1965) esta é a base para uma integração mais ampla, ou seja, a fusão dos capitais agrário, bancário, industrial e comercial na formação de sociedade anônimas, cooperativas rurais etc., que tem como objetivo a busca da taxa de lucro do conglomerado^{1/}.

3.3.2 - A geração de tecnologia agrícola no contexto brasileiro

Nos termos em que foram situadas as políticas agrícolas, o entendimento do sentido e da geração de tecnologia agropecuária passa necessariamente pela sua inscrição no processo de valorização do capital.

No Brasil, a reorganização da pesquisa agrícola aconteceu com a criação da EMBRAPA, em 07/12/72 (Lei nº 5.851), e sua instalação, em 25.04.73.

Sob a orientação de um grupo de trabalho instituído em 18.04.72, o Ministro da Agricultura Luiz Fernando Cirne Lima, através da Portaria nº 143, estabeleceu para o grupo a tarefa de "definir os principais objetivos e funções da pesquisa agrícola, em consonância com as necessidades do desen-

^{1/}Ver DELGADO (1985), Capítulos 4 e 5.

volvimento nacional" (grifo nosso - citação de AGUIAR, 1986; 21), o que significa entender que deve existir uma sintonia entre a pesquisa e a indústria. No discurso de posse, o primeiro Presidente da EMBRAPA afirma que "face à grande responsabilidade e à complexidade de tarefas a serem desenvolvidas, a Empresa propõe uma aliança com os organismos do Governo Federal, com as Universidades, com os Estados e com o setor privado, de modo especial com a indústria que utiliza produtos agropecuários, e com os produtores de insumos" (GASTAL 1980; 120).

A aliança referida foi colocada pelo grupo de trabalho em termos de demanda atual e demanda potencial por tecnologia. A primeira ficaria a cargo da EMBRAPA, já que havia uma preocupação com o curto prazo, em dar resposta às necessidades industriais. Demanda atual, para o grupo de trabalho, conforme AGUIAR (1986; 40), citando o relatório do grupo de trabalho, "se manifesta por intermédio das solicitações governamentais, das solicitações das indústrias vinculadas aos produtos agrícolas, especialmente da agroindústria, dos serviços orientados para a agricultura, como por exemplo, serviços de extensão, e dos agricultores em geral". Às Universidades caberia cuidar, da demanda potencial, que se expressa no longo prazo (segundo o relatório citado por AGUIAR). Mas o que realmente consolidou a aliança entre a geração de tecnologia e a indústria - ou entre a agricultura e indústria, aliança que se firma na relação insumo-produto - foi o pacote tecnológico^{1/} defendido pelo grupo de trabalho e destacado pelo Presidente acima referido na seguinte forma: "sendo o processo de produção agropecuária um complexo que envolve aspectos físicos, biológicos, econômicos e sociais,

^{1/}"Pode-se definir o pacote tecnológico como o conjunto de técnicas, práticas e procedimentos agrônômicos que se articulam entre si e que são empregados individualmente numa lavoura ou criação, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa" (AGUIAR 1986; 42), (ver FIGURA 1).

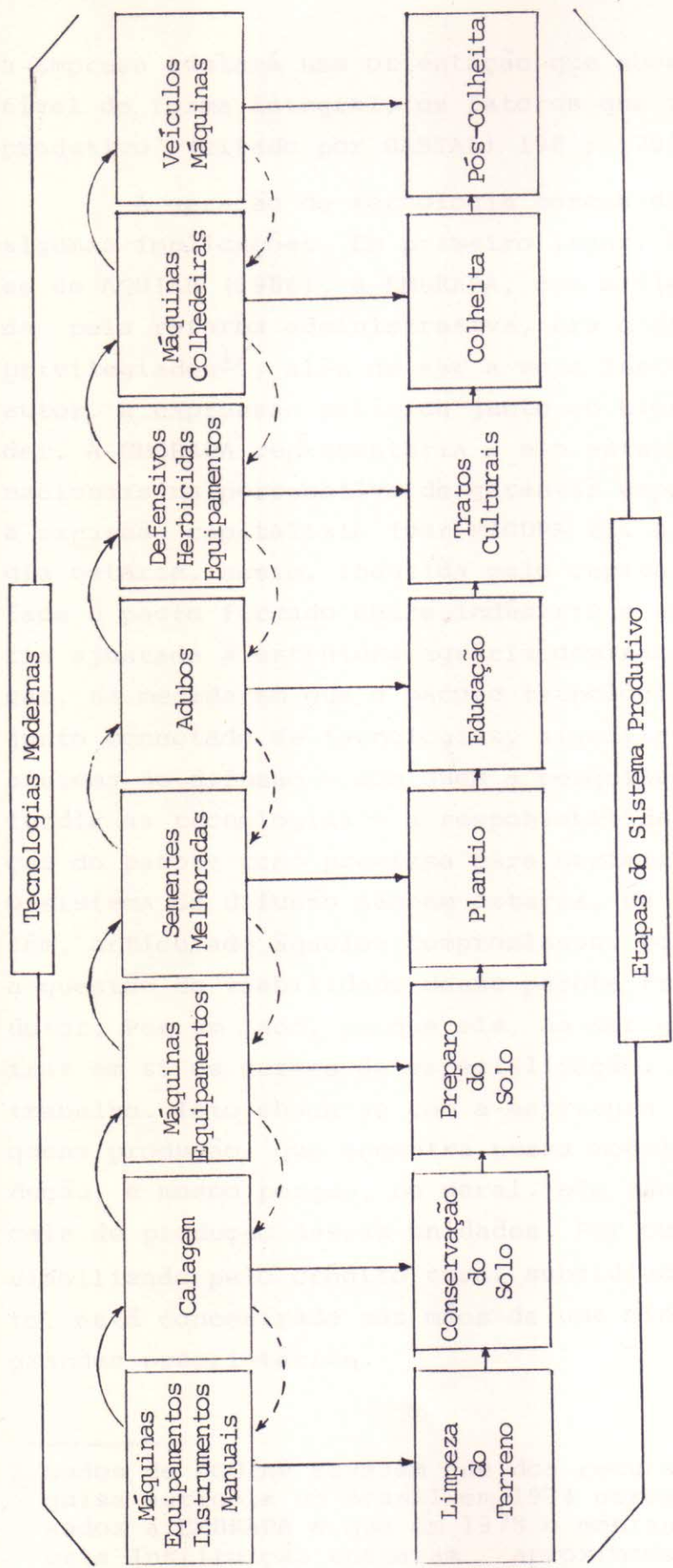


FIGURA 1 - Estrutura do Pacote Tecnológico (Sistema de Produção por Produto). (AGUIAR 1986).

OBS: A cada data do Sistema Produtivo corresponde uma dada tecnologia que corresponde a uma ou mais tecnologias antecedentes (linhas tracejadas) e a uma ou mais tecnologias posteriores (linhas cheias).

a Empresa adotará uma orientação que aborde, sempre que possível de forma integral, os fatores que intervêm no processo produtivo" (citado por GASTAL) 198 ; 120).

A geração de tecnologia concebida nesse sentido traz algumas implicações. Em primeiro lugar, e fundamentado na tese de AGUIAR (1986), a EMBRAPA, com a flexibilidade assegurada pela reforma administrativa, era a garantia de recursos privilegiados^{1/}, além de ser a nova Instituição, segundo esse autor, a expressão política junto ao bloco hegemônico no poder. A EMBRAPA representaria o elo estabelecido com as multinacionais na perspectiva de garantir espaços econômicos para a expansão capitalista (ver FIGURA 2). A geração de tecnologia estaria, assim, induzida pelo capital industrial; porém, face o pacto firmado entre indústria e agricultura, ela estaria ajustada à estrutura agrária dominante. Em segundo lugar, na medida em que o pacote tecnológico representa um conjunto conectado de tecnologias, significa que era imposto ao sistema de difusão - com quem a pesquisa se articula para difundir as tecnologias - a responsabilidade de induzir a adoção do pacote como premissa para maximização dos resultados. O sistema de difusão também estaria, de forma indireta, porém, articulado àqueles compromissos. Por último, levanta-se a questão da viabilidade desse pacote frente ao pequeno produtor. Por um lado, porque ele, ao ser gerado por produto, traz em si os germes de especialização, da divisão social do trabalho. Isto choca-se com a estrutura diversificada da pequena produção, que encontra nesse modelo sua base de reprodução, e mesmo porque, no geral, ele não está ajustado à escala de produção dessas unidades. Por outro lado, o pacote é viabilizado pelo crédito rural subsidiado que, como foi visto, está concentrado nas mãos de uma minoria de médios e grandes proprietários.

^{1/}Dados de AGUIAR revelam que dos recursos destinados à pesquisa agrícola no Brasil em 1974 cerca de 50% foram repassados à EMBRAPA e que em 1978 o montante dos repasses a esta Instituição chegaram aproximadamente a 65% do total investido.

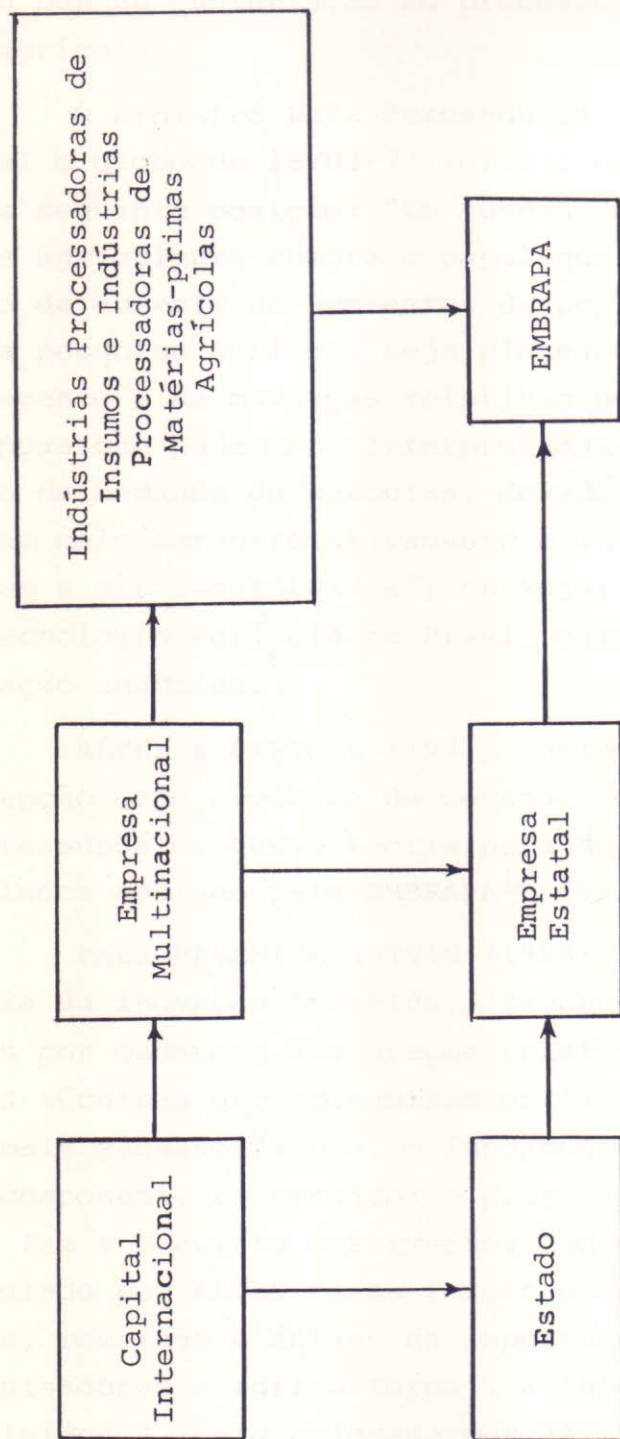


FIGURA 2 - A EMBRAPA como elo de articulação entre a tecnologia e o capital industrial. (AGUAR, 1986).

Outro ponto que merece atenção relaciona-se ao fundamento que dá sustentação ao processo de geração de tecnologia agrícola.

O ministro Luiz Fernando Cirne Lima, em artigo no jornal o Globo de 18/03/73 (citado por GASTAL 1980; 117), tem a seguinte posição: "Em função do desenvolvimento e para que a agricultura cumpra o papel que lhe corresponde no processo de aumento do bem-estar da população, é indispensável que a pesquisa agrícola seja planejada, em resposta ao comportamento e às mudanças relativas nos preços dos fatores, mudanças que podem ser interpretadas como sinais de comportamento da demanda da pesquisa, devido a que alguns fatores se tornam mais caros relativamente a outros e, naturalmente, tendem a ser substituídos"; ou seja, o processo de geração da tecnologia agrícola no Brasil estava fundado na teoria da inovação induzida.

ALVES & PASTORE (1977), influentes na defesa dessa concepção como processo de geração de tecnologia, utilizaram os pressupostos dessa teoria para desenvolver o modelo articulador adotado pela EMBRAPA^{1/} (ver FIGURA 3).

Para HAYAMI & RUTTAN (1988; 102), que desenvolveram a teoria da inovação induzida, "os produtores rurais são induzidos por mudanças nos preços relativos, a procurar alternativas técnicas que economizam os fatores de produção cada vez mais escassos". Ora, o fundamento da teoria se assenta num componente do mercado: o preço do fator. QUEDA (1987; 157) faz a seguinte observação: "No modelo de articulação formulado por ALVES essas forças econômicas não são consideradas, recaindo a ênfase na importância da integração entre pesquisadores e agricultores". A interação entre os agentes envolvidos é assim colocada por HAYAMI & RUTTAN (1988; 102/3): "os agricultores pressionam as instituições de pesquisa pública para desenvolver novas tecnologias e, também, pedem

^{1/}ELISEU ALVES foi presidente da EMBRAPA.

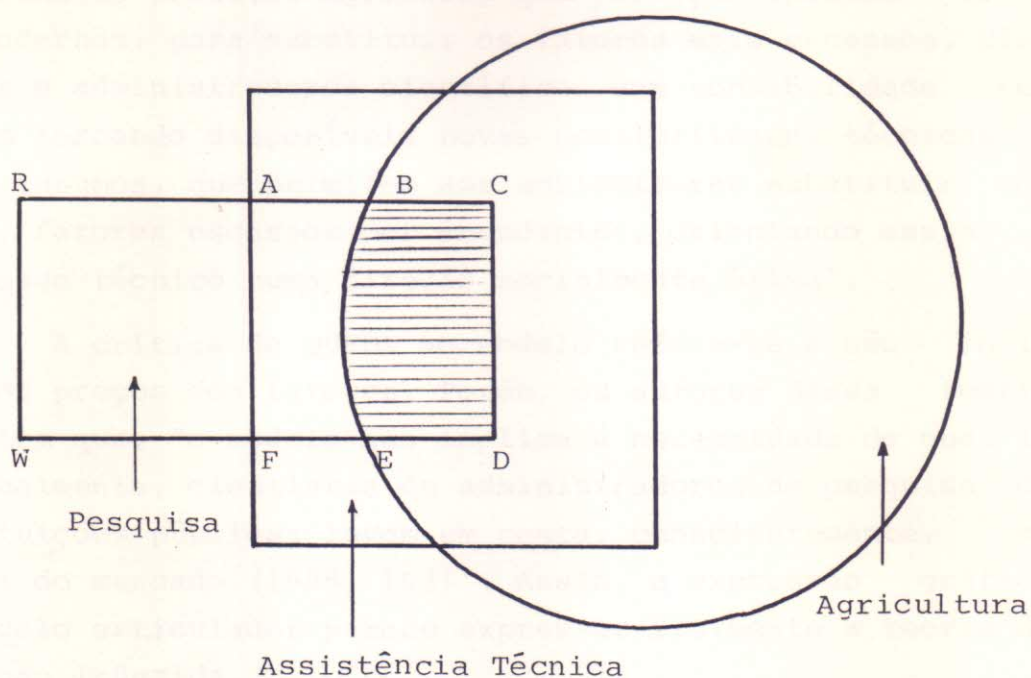


FIGURA 3 - Modelo de articulação (ALVES & PASTORE, 1977).

1. Área B C D E é a de interação conjunta Produtores, Assistência Técnica e Pesquisa - simboliza o contato da pesquisa com os produtores, na presença da assistência técnica. Captam-se aí, diretamente, problema dos agricultores e da assistência técnica.

2. A B E F representa a interação da pesquisa e as sistência técnica, a fim de solucionar problemas mútuos, mas sem a presença dos agricultores.

3. A área R W F A é a de especialização da pesquisa.

No que respeita à assistência técnica, identificam-se também os três tipos de áreas.

ãs firmas de produtos agrícolas que forneçam insumos técnicos modernos, para substituir os fatores mais escassos. Cientistas e administradores científicos com sensibilidade respondem tornando disponíveis novas possibilidades técnicas e novos insumos, que permitem aos agricultores substituir, com lucro, fatores escassos por abundantes, orientando assim o progresso técnico numa direção socialmente ótima".

A crítica de QUEDA ao modelo refere-se à não inclusão dos preços dos fatores. Porém, os autores dessa teoria advertem que, "o modelo não implica a necessidade de que, individualmente, cientistas ou administradores de pesquisa de instituições públicas levem em conta, conscientemente, os preços do mercado (1988; 103)". Assim, a expressão gráfica do modelo articulador parece expressar fielmente a teoria da inovação induzida.

Parece, contudo, que algumas observações são pertinentes a esse modelo ou à teoria da inovação induzida. Pelo menos no Brasil, o preço do fator não tem sido suficiente para explicar o processo de geração de tecnologia para o setor. A política de crédito rural, na forma que foi implantada, foi fundamental no processo de integração da relação insumo-produto, principalmente porque sendo o crédito rural subsidiado, como foi, garantia à indústria praticar seus preços, e aos produtores com acesso a esse crédito, a possibilidade de internalizar em suas propriedades uma base infra-estrutural de apoio à produção agrícola e adotar os insumos modernos. Mas a observação central, endossada pela seção 2.2, está no fato de o processo de geração de tecnologia agrícola, nos termos da teoria da inovação induzida, não levar em conta as articulações que se passam no seio do Estado. Tudo se passa desconsiderando os interesses conflitantes representados pelas classes e frações dominantes alojadas nos diversos aparelhos do Estado. Esses conflitos são reflexos de disputa intercapitalista; dos capitais individuais para assegurar privilégios que passam pelos preços, alocação de recursos nas diversas atividades da economia, prioridades governamentais

para os diversos ramos de produção e diferentes regiões além de outras determinações realizadas pelo Estado. Em última instância, eles buscam maximizar individualmente suas margens de lucro. Nesse sentido, o Estado, através de suas instituições, procura harmonizar esses interesses de forma que esteja garantido o processo geral de acumulação capitalista. Desta forma, não é difícil aceitar que a tecnologia em geral é produto dessas contradições e assim participa do processo de valorização do capital. Pode-se, agora, dizer que o processo de geração de tecnologia agrícola não está restrito aos interesses daqueles agentes. Ela faz parte de um conjunto mais geral, funcionando como uma ponte que permite ao capital subordinar a agricultura.

4 - A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: DISCURSO E REALIDADE

A tentativa de avaliar a Extensão Rural requer que se faça uma retrospectiva da Extensão no Brasil e que se exponha a sua proposta de trabalho. Como já foi abordado o seu objeto de trabalho nos itens 1 e 2, procurando situá-lo no sistema global da produção capitalista, agora será possível refletir sobre o verdadeiro sentido da Extensão Rural brasileira.

4.1 - Uma Síntese da História da Extensão Rural^{1/}

Em 1930 a Extensão Rural dá seus primeiros passos, em Minas Gerais. Sob a coordenação do professor norte-americano Peter H. Rolts e com a participação de um grupo de professores da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, foi promovida a primeira semana do Fazendeiro. O evento passou a se realizar anualmente, com a Escola preparando cursos teóricos e práticos para centenas de fazendeiros.

Foi entre 1948 e 1956 que se desenvolveu uma experiência mais concreta da Extensão Rural no Brasil, nos municípios paulistas de Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo. Foi diagnosticada a necessidade de forragem para o gado leiteiro no período de entressafra, sendo orientada a construção de silos-trincheira. Mas outras atividades agrícolas também foram abrangidas pela Extensão Rural: a cultura no café, nos aspectos da adubação e uso de sementes selecionadas.

^{1/}Esta parte foi pesquisada em GABRIEL (1970), no Plano Diretor (1960) e em FIGUEIREDO (1984).

nadas; o gado leiteiro, no combate à aftosa, ao berne e na introdução da inseminação artificial; o uso do milho híbrido e de sementes hortícolas. Este detalhamento se faz necessário, na medida em que essas atividades são apoiadas pelas Prefeituras locais, pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, com assistência técnica da American International Association (AIA), pela Nestlé, pela Refinação de Milho Brasil (Duryea) e pela Agrocere; isto é, a Extensão Rural no Brasil surge atrelada ao Estado, nos níveis estadual e municipal. O que dá sustentação à idéia extensionista é o capital industrial, aliado ao capital agrário.

Em 1948 é criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em Minas Gerais. Ela nasce de um convênio celebrado entre a AIA e o governo mineiro, sendo mais tarde apoiada pela Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais. GABRIEL (1970; 27) cita do convênio o seguinte objetivo: "Estabelecer um programa de assistência técnica e financeira que possibilite a intensificação da produção agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural". Outras instituições também respaldavam as ações da ACAR através de convênios de ordem técnica e/ou financeira: a Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Escritório Técnico de Agricultura Brasil - Estados Unidos (ETA), Banco do Brasil, Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura e o então Serviço Social Rural. O instrumento básico de sustentação das ações da ACAR-MG é o crédito rural supervisionado, consistindo de um programa elaborado por seus técnicos que contemplava a propriedade rural na sua totalidade; envolvia a educação, a saúde, a higiene, o jovem, a produção; da criança ao adulto, da casa ao roçado, tudo estava incluindo no programa.

A experiência de Minas Gerais é transplantada para o Nordeste. Em 1954 surge a Associação Nordestina do Crédito e Assistência Rural (ANCAR), tendo como fundadores o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a AIA, o Banco do Brasil, lideranças rurais e autoridades. Coube a essas instituições finan

ciar a manutenção da ANCAR, que também mantinha convênio financeiro com o Governo Federal através dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura. Suas ações cobriam os estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia, com coordenação centralizada em Recife. Não faltou à ANCAR o apoio técnico do ETA e da Fundação da Casa Popular, a qual financiava a melhoria das habitações rurais.

Depois foi a vez do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina de implantarem o serviço de Extensão Rural, contando com o apoio financeiro e técnico dos seus respectivos Estados e das instituições já citadas.

Montada essa estrutura, surgiu a idéia de uma coordenação central que gerenciasse a unificação e as necessidades financeiras do Sistema, pois se corria o risco de que "alguma das Associações novas viesse a se afastar, gradualmente, dos princípios e métodos de trabalho ou, talvez, fracassar por falta de recursos" (GABRIEL, 1970; 37).

Cria-se, então, em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), isto "após entendimentos mantidos entre NELSON ROCKFELLER e o Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK" (FIGUEIREDO, 1984; 21). Participam da sua criação como membros fundadores: o ETA, a AIA, Confederação Rural Brasileira, a ACAR-MG e a ANCAR. Posteriormente se integram com as prerrogativas de membros fundadores o BNB, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, os Ministérios da Agricultura, da Saúde e da Educação e Cultura, o Instituto Brasileiro do Café, a USAI - Brasil, entre outras instituições públicas e privadas. À ANCAR se filiaram as Associações existentes e as que surgirem deveriam a ela se filiar, além de guardar rígida relação com as diretrizes do Sistema e com os princípios da Extensão Rural.

A convite da ABCAR, uma missão de especialistas, representando a Organização dos Estados Americanos (OEA), a AIA e a Internacional Cooperation Administration (ICA), realizou uma avaliação da Extensão Rural no Brasil. Entre outras

medidas, recomendou a institucionalização da ABCAR e a elaboração de um programa único para todo o País (ver Relatório da Missão de Avaliação, 1960).

Em 1960 é elaborado, por técnicos da ABCAR, o primeiro Plano Diretor para o período 1961-1965. Diz o documento: "A elaboração do presente Plano Diretor teve como um dos objetivos fundamentais integrar (grifo nosso) o sistema de Extensão no desenvolvimento sócio-econômico do meio rural, o que quer dizer, à política agropecuária do País" (PLANO DIRETOR, 1960; 190). Com o Decreto nº 50.632, de 1961, o Governo aprova o Plano Diretor e se obriga a repassar recursos para manutenção da ABCAR e suas filiadas.

Em 1966, o Decreto nº 58.382 determina que as atividades de extensão rural devem ser coordenadas pelo Ministério da Agricultura, através do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA). "Esta ação conjunta do Ministério da Agricultura, do INDA e do Sistema ABCAR adveio da nova política de planejamento e integração, então adotada pelo Governo" (GABRIEL, 1970; 48).

A Lei nº 6.126, de 1974, autoriza a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que, no entender de FIGUEIREDO (1984; 21), "significou mais uma modificação formal do que substantiva". Através da E.M. nº 08/74, de 5 de junho de 1974, os Ministros da Agricultura e da Secretaria de Planejamento, respectivamente Alysso Paulinelli e João Paulo dos Reis Velloso, apresentam ao Presidente da República justificativa para criação da EMBRATER. Na exposição de motivos é assinalado que:

- "1. A situação da assistência técnica e extensão rural está a exigir maior legitimação por parte do Governo e um mecanismo de operação flexível e poderoso, capaz de atender às necessidades de informação de tecnologias que sejam relevantes e viáveis nas condições da agricultura brasileira, além de colaborar na formulação da política agrícola em vários níveis.

2. O importante a ser enfatizado é que, com a criação da EMBRATER, o Ministério da Agricultura se revigora para exercer uma ação integrada de desenvolvimento rural: (1) a EMBRATER coordenará a execução da política federal para assistência técnica e extensão rural; (2) estará intimamente ligada à EMBRAPA e demais órgãos de pesquisa, influenciando nos seus programas e difundindo os seus resultados; (3) se articulará mais intimamente ao crédito rural, orientando a sua aplicação e avaliando seus resultados; (4) e, finalmente, contará com uma estrutura suficientemente flexível para permitir uma íntima integração com os serviços de assistência técnica mantidos pela iniciativa privada, atraindo-os para a realização das metas básicas do Governo e apoiando-os com recursos humanos e financeiros, dentro de uma filosofia de que assistência técnica e extensão rural devem ser compartilhadas com o setor rural privado" (EMBRATER, 1975, Doc. nº 1; 10/11).

A nível estadual, as filiadas são transformadas em empresas, pois, "a organização do Sistema pressupõe a existência de empresas estaduais autônomas que, entretanto, obedecem às diretrizes gerais da EMBRATER, adotando sistema organizacional, sistemática de programação e metodologia de trabalho semelhante às da unidade central" (EMBRATER, 1975, Doc. nº 3, 31).

Entre as diretrizes que a EMBRATER estabelece para consecução dos seus objetivos (EMBRATER, 1975; Doc. nº 3,12), tem-se:

"- constituir-se no instrumento básico de ação do Ministério da Agricultura, dentro de seu sistema de produção agropecuária, no que concerne às atividades de assistência técnica e extensão rural no País;

- compatibilizar a programação da assistência técnica e extensão rural com os planos nacionais de desenvolvimento econômico e social do País, especialmente com as políticas de ciência e tecnologia, de crédito e de melhoria da qualidade da vida do homem do campo;
- adequar os planos, programas e projetos de assistência técnica e extensão rural às prioridades estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, para o desenvolvimento do setor rural do País, de conformidade com as necessidades regionais".

A título de ilustração, a TABELA 4 mostra a evolução do Sistema em termos quantitativos. Observa-se que no período 1970/1978 o número de técnicos da área agropecuária aumentou mais de quatro vezes: passou de 1.438 para 6.327. O número de municípios com assistência técnica passou de 1959 para 3.086. Isto mostra o esforço do SIBRATER em responder à orientação do governo, conforme estabelecia o Plano de Metas, folha 25.

4.2 - O Discurso Extensionista

Mesmo correndo o risco de ser repetitivo, é importante aqui seguir o curso histórico do Sistema - ABCAR e depois EMBRATER - para apresentar seus objetivos.

O Plano Diretor para o período 1961/65 conceitua Extensão Rural como sendo "um processo de ajuda ao povo para que solucione os problemas que vai encontrando dia a dia na produção agrícola, na produtividade, na comercialização, na administração da propriedade e do lar, na saúde, no melhoramento da comunidade etc" (PLANO DIRETOR, 1960; 198).

Faz parte do conteúdo do Plano Diretor um diagnóstico da agricultura brasileira. Conforme esse documento, "nos últimos anos, a agricultura não vem acompanhando o ritmo de

TABELA 4 - Evolução da extensão no Brasil.

Anos	Período	ESLOC	MUN	TNLa	M/E	A/E
1954		35	76	-	2,17	-
1955		69	111	-	1,61	-
1956		101	150	127	1,48	1,26
1957		126	182	169	1,44	1,34
1958		164	207	232	1,26	1,41
1959		182	215	236	1,18	1,30
1960		199	277	270	1,39	1,36
1961		232	295	303	1,27	1,31
1962		257	319	324	1,24	1,26
1963		338	449	412	1,33	1,22
1964		424	634	512	1,50	1,21
1965		562	760	634	1,35	1,13
1966		755	1.040	896	1,38	1,19
1967		949	1.271	1.110	1,34	1,17
1968		1.004	1.349	1.184	1,34	1,18
1969		1.025	1.451	1.340	1,42	1,31
1970		1.049	1.589	1.438	1,51	1,37
1971		1.132	1.877	1.788	1,66	1,58
1972		1.249	2.096	2.343	1,68	1,88
1973		1.401	2.371	2.832	1,69	2,02
1974		1.444	2.396	2.706	1,66	1,87
1975		1.571	2.539	3.653	1,62	2,33
1976		1.787	2.848	5.059	1,59	2,83
1977		1.817	2.997	5.532	1,66	3,04
1978		2.013	3.086	6.327	1,53	3,14
1979		2.134	3.128	6.832	1,47	3,20
1980		2.231	3.034	6.757	1,36	3,03
1981		2.371	3.103	7.526	1,31	3,17

FONTE: EMBRATER (1984).

A Extensão do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ESLOC - Escritórios locais;

MUN - Municípios;

TNLa - Técnico de Nível Local da Área Agropecuária;

M/E - Municípios/Escritório Local;

A/E - Técnico de Nível Local, Área Agropecuária/Escritório Local.

desenvolvimento do País. A taxa de expansão da atividade agropecuária, comparada à do Produto Total e da atividade industrial, revela não só posição inferior, como também acentuada irregularidade, consequência, ainda, de um padrão tecnológico relativamente baixo subsistente em grandes áreas do meio rural, tornando a atividade agrícola estreitamente dependente dos fatores climáticos" (PLANO DIRETOR, 1960; 13). É importante ressaltar que alguns pontos críticos do setor agrícola são levantados pelo documento. Referentes à estrutura agrária, diz ele: "Quanto à área dos estabelecimentos, proliferam no meio rural brasileiro os dois extremos que caracterizam, em alguns casos, uma distribuição da terra pouco satisfatória. De um lado, a extrema fragmentação da propriedade em minifúndios improdutivos, cuja pequena extensão não permite uma atividade agrícola econômica e lucrativa. De outro lado, subsiste elevada concentração territorial". Um outro problema levantado pelo PD está relacionado com o crédito rural. "Muito embora venha a CREAI^{1/} procurando incrementar a sua assistência aos pequenos produtores rurais - tanto assim que dos clientes atendidos em 1959, 53,4% pertenciam à referida classe - estes foram contemplados tão somente com 6,8% do montante dos créditos abertos no exercício, isto é, apenas com 2.683 milhões de cruzeiros" (PLANO DIRETOR, 1960; 83).

Nessa perspectiva o documento assinala que: "face aos problemas evidenciados pelo exame geral da situação do meio rural, o Sistema Brasileiro de Extensão tem por objetivo básico elevar o nível econômico e social das populações rurais mediante:

- (a) o aumento do índice de produtividade do trabalho humano;
- (b) a elevação da rentabilidade da empresa rural;

^{1/}CREAI - Carteira Rural de Empréstimos Agrícola e Industrial.

- (c) a utilização racional dos recursos próprios, di
fusão e correta aplicação do crédito;
- (d) o melhoramento das condições de vida da família;
- (e) as atividades relacionadas com a organização e
desenvolvimento da vida comunitária do meio ru
ral;
- (f) os trabalhos que visem à organização e ao desen
volvimento da juventude rural" (PLANO DIRETOR,
1960; 138).

A necessidade de se criar a EMBRATER, conforme já foi abordado, também se justificaria pelo dispositivo de que o governo passaria a dispor para intervir na agricultura. Por essa via estaria sendo agilizada a tecnificação da agricultura. A E.M. 08/74 chama atenção para o fato de que "com esse tipo de organismo, associado a empresas com objetivos afins, que se organizam a nível das Unidades da Federação, o Ministério da Agricultura passa a contar com um instrumento rápido e eficiente para execução de programas integrados visando ao aumento de produção e produtividade, assim como a promoção do homem do campo" (EMBRATER, 1975; Doc. nº 1; 10).

O Sistema, agora como dispositivo do Estado, insiste no seu objetivo mais geral de elevar a renda do produtor, inclusive estabelecendo categorias de produtores conforme seu modelo de atuação (ver FIGURA 4). Para sua consecução o seguinte objetivo era definido: "o objetivo da EMBRATER é o de transferir às unidades produtivas os conhecimentos de que estas necessitam para elevar a produtividade dos fatores empregados na formação e comercialização da produção agrícola" (EMBRATER; 1975; Doc. nº 3; 54). Como se percebe, a solução a ser encaminhada para superação dos problemas da agricultura passa pela adoção de tecnologia que asseguraria a elevação da renda. No entanto, o objetivo da EMBRATER está estreitamente vinculado ao crédito rural, como entendia seu primeiro Presidente. No discurso de posse ele assim se expressa: "Instrumento da mais alta valia para alcance dos seus objeti

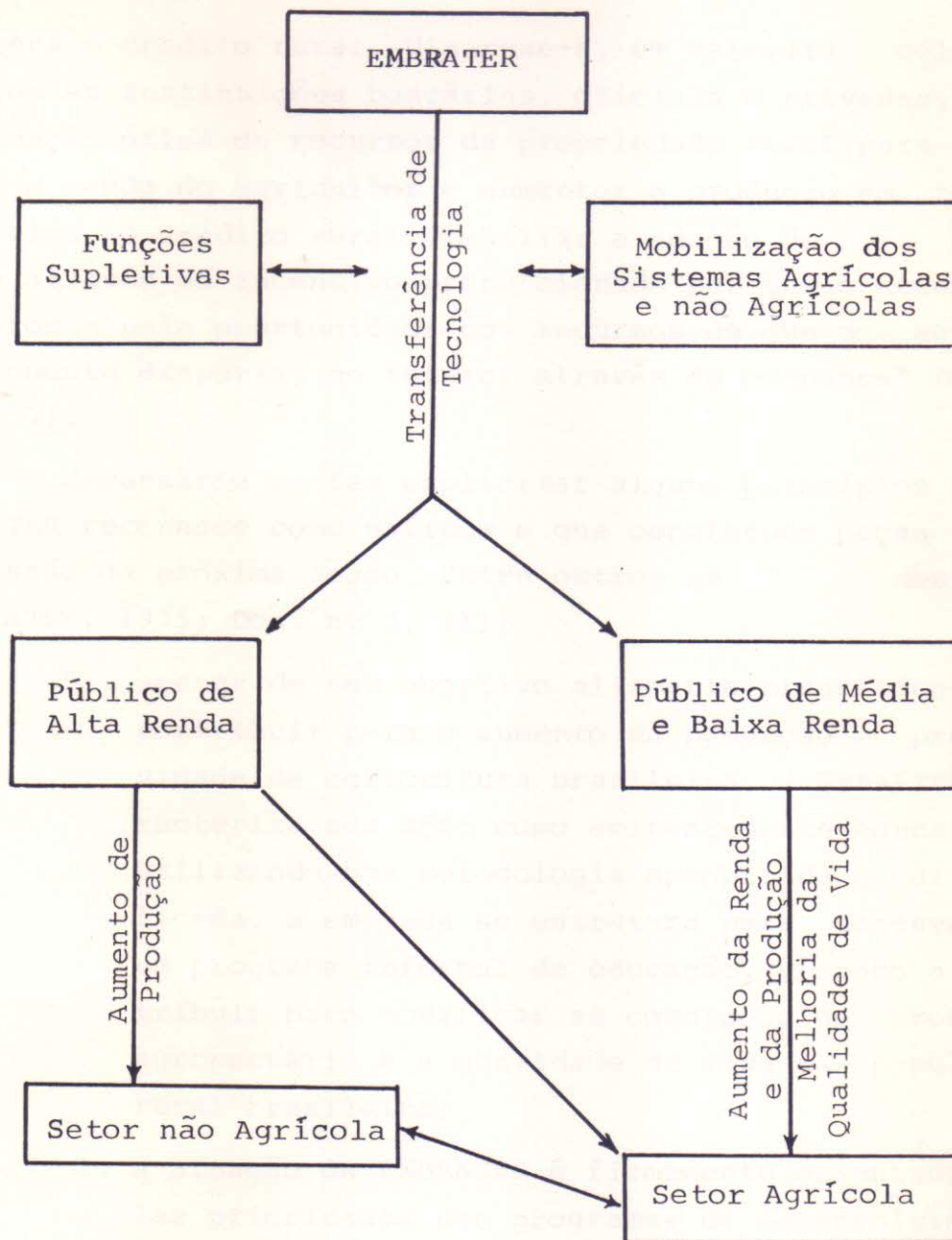


FIGURA 4 - Modelo de atuação da EMBRATER. EMBRATER (1975; Doc. nº 3, 58).

vos será o crédito rural. Visar-se-á, em estreita colaboração com as instituições bancárias, oficiais e privadas, a combinação ótima de recursos da propriedade rural para maximizar a renda do agricultor e aumentar a produção em termos absolutos. O crédito rural viabiliza a adoção de nova tecnologia através do incentivo proporcionado por taxas negativas de juros e pela oportunidade dos recursos de que o agricultor somente disporia, no futuro, através da poupança" (LOPES, 1975; 7).

Necessário se faz explicitar alguns princípios que a EMBRATER reconhece como válidos e que constituem peças da discussão da próxima seção. Entre outros se destacam (EMBRATER, 1975; Doc. nº 3, 11):

- "1. apesar de seu objetivo altamente pragmático, de contribuir para o aumento da produção e produtividade da agricultura brasileira, a EMBRATER caracteriza sua ação como eminentemente educativa. Utilizando uma metodologia apropriada e diversificada, a empresa se estrutura para desenvolver um programa informal de educação, visando a contribuir para modificar as condições de produção agropecuária e a qualidade de vida da população rural brasileira;
2. a atuação da EMBRATER é firmemente orientada pelas prioridades dos programas de desenvolvimento econômico e social do Governo Federal;
3. a EMBRATER se caracteriza pela adoção de um modelo concentrado, através do qual a totalidade de recursos do Sistema são alocados para a ação, em profundidade, sobre reduzido número de programas orientados ao incremento da produção agropecuária, ao aumento da produtividade da mão-de-obra e à melhoria da qualidade de vida dos produtores de baixa renda".

Em que pese alguns técnicos do Sistema perceberem nessa nova fase um afastamento dos pressupostos estabelecidos

dos pela Extensão Rural, no entanto, pelo que foi colocado acima, num momento ou noutro permanece como objetivo global o aumento da renda do produtor agrícola via mudança no sistema de produção.

4.3 - Extensão Rural no Brasil: uma Autonomia Pretendida

A forma como o Sistema de Extensão Rural expõe sua proposta de trabalho deixa transparecer ser ele detentor de autonomia e poder suficientes para ajudar a população rural pobre na solução de seus problemas. ALVES (1988) reforça este argumento; "Os documentos sobre o Sistema revelam incommensurável idealismo. Colocam-no como um superpoder, a lutar contra a pobreza rural" (ALVES, 1988; 30).

Em primeiro lugar, a tentativa de elevar a renda do produtor através da produtividade leva a entender ser o problema da agricultura exclusivamente de natureza tecnológica^{1/}. A superação da problemática agrícola estaria articulada à educação informal em que o extensionista apolítico transformaria o homem a partir de novas idéias, novos conhecimentos. O homem seria valorizado nessa dimensão: seu conhecimento conservador seria substituído por um conhecimento novo possuído pelo técnico, o que seria suficiente para implementar as mudanças sociais necessárias^{2/}. Nesta instância são negados os conflitos de classe e interclasse que se expressam na luta pela apropriação do trabalho não pago que o produtor direto executa. Por sua vez a construção da proposta assume uma posição crítica, porque consagra o pequeno produtor como independente, livre, nas suas relações com o mercado capitalista.

^{1/}QUEDA (1987) endossa esse ponto de vista.

^{2/}Para uma crítica a esse respeito ver também os trabalhos de PINTO (s.d.) e FONSECA (1985).

Omite-se, assim, a relação de subordinação da agricultura ao capital industrial e nesse contexto o papel do camponês como trabalhador para o capital. OLIVEIRA (1987; 77) faz a seguinte crítica: "desde os primórdios, pretendendo-se apolítica e democrática, a Extensão percorre esse período mascarando as estruturas sócio-políticas e econômicas, lançando a semente da técnica (neutra) como pressuposto da mudança social".

Entretanto, a dimensão que comporta a questão central passa pelo entendimento da Extensão como dispositivo do Estado e, como tal, participante da organização e materialização dos interesses da classe dominante.

Como foi colocado na seção 3.3, a geração de tecnologia obedece aos interesses dominantes, que pressionam o Estado nessa direção. Na medida em que cabe ao Sistema de Extensão difundir essa tecnologia, ele se insere nos propósitos do capital. A FIGURA 5 mostra bem essa situação. Ela é uma ampliação do modelo de AGUIAR (1986).

Na realidade, o nascimento da Extensão Rural no Brasil é uma inspiração das classes dominantes, conforme está evidenciado na seção 4.1. E surge exatamente para servir a uma aliança agrário-industrial. Seria o instrumento capaz de garantir o espaço agrícola nacional como mercado para o capital industrial através dos métodos de difusão de tecnologia. A Extensão se prestou a viabilizar esse objetivo. Por essa via é que deve ser entendida a necessidade que se tinha de criar a ABCAR e centralizar suas ações, inclusive a sua institucionalização recomendada pela missão de avaliação ou ainda a sua transformação em empresa pública de administração indireta que surge no bojo da modernização da administração pública estabelecida pelo Decreto Lei nº 200 de fevereiro de 1967^{1/}.

^{1/}"Os estatutos das empresas estaduais deverão prever, também, mecanismos que assegurem à EMBRATER nacional o direito de participar da escolha de seus dirigentes" (EMBRATER, 1975; Doc. nº 3; 31).

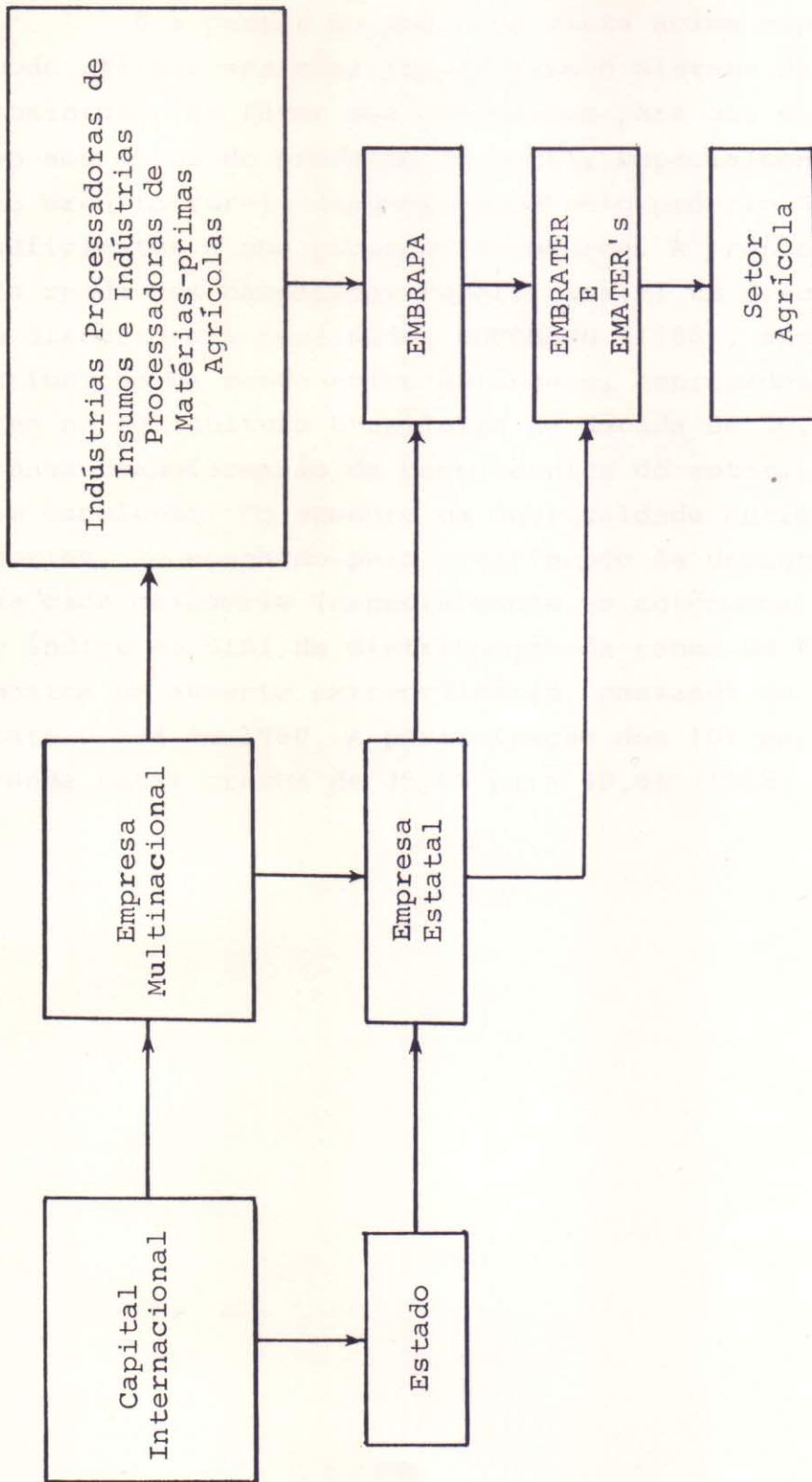


FIGURA 5 - A articulação (indireta) da Extensão Rural com o capital internacional. Baseado em AGUIAR (1986).

É a partir do ponto de vista acima expresso que se pode afirmar ser conflitante para o Sistema de Extensão se posicionar em favor dos camponeses para que eles tenham acesso aos meios de produção em geral, especialmente à terra e ao crédito rural, diagnosticados pelo próprio Sistema como insuficientes a uma produção econômica. A proposta de elevação da renda dos camponeses revela, assim, um descompasso entre o discurso e a realidade. HOFFMANN (1988), analisando a distribuição de renda entre autônomos, empregados e empregados na agricultura brasileira na década de 70, período de intensa transformação da base técnica do setor, chega à seguinte conclusão: "o aumento da desigualdade entre as três categorias, acompanhado pelo crescimento da desigualdade dentro de cada categoria (especialmente os autônomos), faz com que o Índice de Gini da distribuição da renda na PEA agrícola mostre um aumento extraordinário, passando de 0,424 em 1970 para 0,554 em 1980. A participação dos 10% mais ricos na renda total cresce de 35,0% para 48,8%" (1988; 186).

5 - CONCLUSÕES

As transformações ocorridas no Brasil na década de 30, em que a burguesia industrial assume a liderança do poder sem contudo afastar a oligarquia agrária, estabelecem uma nova ordem econômica. O setor urbano passa a ser o centro de acumulação; a indústria lidera a dinâmica da economia.

Uma característica do Estado brasileiro é a sua "posse" pela burguesia, que passa a elaborar as políticas de seu interesse. Como consequência, as massas populares e o campesinato têm sido excluídas da vida político-econômica do País.

É nessa perspectiva que se institui o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, com a proposição de transformar tecnologicamente a agricultura. Dai ser difícil pensar que a Extensão Rural, inscrita nesse quadro, não esteja permeada pelos interesses dominantes.

Por sua vez, é importante ter claro que a Extensão Rural, ao se implantar no Brasil, já encontra uma lógica estabelecida: a do pequeno produtor filiado ao capital na sua forma tradicional. Ou seja, como produtor de alimentos para os centros urbanos, a baixo custo. Neste sentido, já existia uma articulação entre esse segmento da população rural e o processo de acumulação capitalista. Articulação que se define pela valorização do capital em geral. O que ocorre na medida em que essa produção se orienta segundo as suas necessidades de reprodução simples e não pela reprodução ampliada. Infere-se daí que a proposta do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, de elevar a renda daqueles produtores através do aumento da produtividade, confronta-se com a lógica do capital, isto é, apropriação pelo capital em geral da mais-valia gerada pelo produtor direto durante o processo de produção.

Numa instância mais geral, pensar a Extensão Rural vinculada ao Estado é apreendê-la como projeto arquitetado pelas forças dominantes com interesses na agricultura^{1/}.

A natureza do capital de alargar seu campo de valorização impõe ao Estado, como palco de organização dos interesses das classes dominantes, a necessidade de criar as condições para sua valorização.

A agricultura, como virtual consumidora de produtos industriais e produtora de matéria-prima para a indústria processadora, se apresenta como espaço para reprodução ampliada do capital. Isto é possível através de políticas que promovam a reestruturação da produção agrícola. Desta feita, o Estado, ao estabelecer as políticas de crédito e de geração de tecnologia, criou os requisitos de que o capital necessitava para atuar na agricultura.

Como dispositivo de intervenção na agricultura, a Extensão Rural se institui como instrumento básico do processo de valorização do capital. Seu papel na modernização da agricultura brasileira se traduz em efetivar esse ramo da produção em campo de atuação do capital. Neste sentido, e de forma particular, seu esforço maior se desenvolve na direção de transformar qualitativamente o pequeno produtor. Ou seja, inserido no sistema capitalista de forma subordinada, esse produtor continuaria assim; porém, induzido pela ideologia transformista que reveste a Extensão, assumiria um novo perfil: de produtor apenas tecnificado, consumidor de produtos industriais e produtor de matéria-prima para indústria processadora.

O questionamento da Extensão Rural na dimensão aqui exposta tem como implicação maior sua vinculação com o Esta

^{1/}FONSECA (1985; 183), reportando-se a respeito afirma que a Extensão Rural tem se comportado como "um instrumento da reprodução da contradição capital x trabalho no campo, pela ampliação da divisão social e técnica do trabalho neste setor, que necessariamente levaria à expropriação do saber e do trabalho de uma maioria, para que ficasse garantido o domínio e o lucro de uma minoria".

do. As discussões que encaminham a organização do campesinato como estratégia para acesso às suas aspirações parecem ser fundamentais na dinâmica capitalista. Aí a Extensão teria função importante, mas na medida em que ela atue como verdadeira representante do campesinato. Este posicionamento implica na sua ruptura com o Estado; atuaria como instituição de assessoramento a esses produtores, à semelhança dos sindicatos rurais. No entanto, a discussão não se esgota aqui. A experiência histórica da Extensão Rural no Brasil é repleta de ensinamento. É aí que se deve explorar em profundidade a melhor maneira de ajudar o homem a ajudar-se a si próprio.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AGUIAR, R.C. Abrindo o pacote tecnológico: Estudo e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo, Polis; (Brasília) CNPq 1986. 157p.
- ALVES, E.R. de A. & PASTORE, J. Nova abordagem para a pesquisa agrícola. Brasília, 1977. p. 55-85. Coleção de trabalhos sobre a EMBRAPA - mimeo.
- ARAÚJO, B.J. de. Intervenção econômica do Estado e democracia. IN: Estado e capitalismo no Brasil. São Paulo, HUCITEC-CEBRAP. 1977, p. 221-239.
- BRASIL. Presidência da República. Metas e bases para ação do governo. Brasília, 1970.
- CASTRO, A.C. Ciência e tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. IN: Caderno de Difusão de Tecnologia, Brasília, 1(3): p. 309-344, set/dez. 1984.
- DELGADO, G. da C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo, Icone. 1985. 240p.
- EMBRATER, Marco geral de referência: estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho. Brasília 1975. 76p. Documento nº 3.
- _____. Atos constitutivos. Brasília, 1975. 27p. (Documento nº 1).
- _____. A conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil: análise da experiência do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural. Brasília, 1984. p. 74. (Série Leituras Seleccionadas nº 2).
- FIGUEIREDO, R.P. Extensão rural no Brasil: novos tempos. IN: Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, 15(4): 19-29, jul/ago, 1984.

- FONSECA, M.T.L. da. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola, 1985. 192p. (Coleção Educação Popular nº 3).
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. S. Paulo, Nacional, 1982. 248p.
- GABRIEL, L. A extensão rural no Brasil. Rio de Janeiro, ABCAR, 1970. 130p.
- GASTAL, E. Enfoque de sistemas na programação da pesquisa agropecuária. Rio de Janeiro, IICA, 1980. p. 207. (Série Desenvolvimento Institucional nº 8).
- GOODMAN, D.E. et alii. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. IN: Revista de Economia Política, 5(4): 31-55, out/dez, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (Coord.). Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. Campinas, UNICAMP/IICA/PROTAAL, 1982(a). 42p.
- _____. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1982(b). 191p.
- _____. A gestão das políticas agrícolas numa agricultura moderna. IN: O Estado e a agricultura - Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - Fortaleza, SOBER, 1985. p. 244-272.
- GUIMARÃES, A.P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 255p.
- HAYAMI, Y. & RUTTAN, V.W. Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais. Brasília, EMBRAPA, 1988. 583p.
- HOFFMANN, R. A distribuição da renda na agricultura brasileira. IN: O Estado e a agricultura - Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, SOBER, 1988. p. 179-196.

- IANNI, O. Estado e capitalismo. São Paulo, brasileiro, 1989. 274p.
- _____. Relação de produção e proletariado rural. IN: Vida rural e mudança social. São Paulo, Nacional, 1979. p. 148-159.
- KAGEYAMA, A.A. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. 1987. 121p. (mimeo).
- KAGEYAMA, A.A. & GRAZIANO DA SILVA, J. Produtividade e em prego na agricultura brasileira. IN: Desenvolvimento Capitalista no Brasil - nº 2. São Paulo, 1983. p. 192-222.
- KAUTSKY, K. A questão agrária. Porto, Portucalense, 1972. (Vol. I e II).
- LOPES, R.S. Linhas de ação. Brasília, EMBRATER, 1975. p. 8.
- MANUAL DE CRÉDITO RURAL. Banco Central do Brasil, Brasília, 1979.
- MARTINE, G. & GARCIA, R.C. (Org.). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Cactés, 1987. 271p.
- MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petropolis, Vozes, 1986. 185p.
- MARX, K. O capital, livros I, II e III, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- MENDONÇA, S.R. de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro. Geral, 1986. 106p.
- NAKANO, Y. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. IN: Revista de Economia Política, 1(3): 3-16; jul/set. 1981.
- OLIVEIRA, A.G. Origem e evolução da extensão rural no Brasil: uma análise histórica - crítica. Viçosa, 1987. 135p. (Dissertação mimeo).
- OLIVEIRA, F. de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petropolis, 1987. 87p.

- PINTO, J.B. Extensão ou educação: uma distinção crítica.
Lima, IICA-OEA. s.d. 24p.
- PLANO DIRETOR QUINZENAL. Rio de Janeiro, ABCAR, 1960. 279p.
- POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro, Graal, 1985. 507p.
- QUEDA, O. A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola. Piracicaba, 1987. 201p.
(Tese mimeo).
- REGO, J.F. do. As transformações porque passa a agricultura brasileira. (As características do desenvolvimento recente do capitalismo na agricultura brasileira). Rio Branco, s.d. 24p. (mimeo).
- RELATÓRIO DA MISSÃO DE AVALIAÇÃO. O sistema de extensão rural e crédito supervisionado no Brasil. Rio de Janeiro, ABCAR, 1960. 63p. (mimeo).
- SALES COSTA, R.G. Estado, planejamento e classes sociais - O POLONORDESTE: um estudo de caso. Fortaleza, 1984. 143p.
(Dissertação mimeo).
- SILVA, S. Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1986. 114p.
- SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986. 162p. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- WANDERLEY, M. de N.B. O camponês: um trabalhador para o capital. Campinas, UNICAMP/Grupo de estudos agrários, 1979. 83p. (mimeo).

